



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2097/05	DATA: 15/12/2005
INÍCIO: 10h21min (com intervalo)	TÉRMINO: 15h25min	DURAÇÃO: 05h04min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h44min	PÁGINAS: 73	QUARTOS: 26

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
SRS. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO, HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO – Testemunhas arroladas pelo Deputado Jairo Carneiro, Relator do Processo nº 8, de 2005 (Representação nº 43, de 2005);
SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO – Testemunha arrolada pela defesa do Deputado João Magno.
SENADOR SIBÁ MACHADO - Testemunha arrolada pela defesa do Deputado Pedro Corrêa no Processo nº 13, de 2005 (Representação nº 50, de 2005).

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES
A reunião foi suspensa e reaberta. Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Havendo número regimental, declaro aberta a 75ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Encontram-se sobre as bancadas cópias da ata da 74ª reunião.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço a V.Exa., ouvido o Plenário, seja dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída com antecedência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Os senhores que forem favoráveis à dispensa da leitura da ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

Aqueles que forem favoráveis à ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, o Deputado Chico Alencar.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Estamos há poucas horas ainda da sessão plenária da Câmara dos Deputados que soberanamente decidiu, de forma inédita, contra uma orientação deste Conselho, que não tem poder decisório, mas tem o aval do exame sério de cada matéria, do aprofundamento das questões, do empenho e da entrega a cada processo disciplinar. E a Câmara, o Plenário da Casa, por larga margem, desconsiderou o relatório, aprovado aqui por larga margem, na outra ponta, feito com muita eficácia e denodo pelo Deputado Josias Quintal, cujo estado de saúde tenho informações de que está melhor agora.

Mas entendo que esse fato nos atinge, nos abala e parece estabelecer o que eu poderia chamar de uma espécie de “Valério indulto” de Natal, que será reivindicado por outros Parlamentares, com toda a razão, já que, pelo entendimento do Conselho, aquele saque de mais de 450 mil reais, em dinheiro vivo, das contas do indigitado empresário lobista Marcos Valério, não foi considerado nada anormal pelo Plenário da Casa, porque o Deputado alegou que foi usado, que não sabia, com a sua larga experiência Parlamentar. Todos ficamos autorizados a entender que



acima desse valor pode ter ainda algum problema; abaixo disso, o Plenário da Casa não considerará nenhum problema, porque não se vai fazer acepção de pessoa, de maneira de ser, de maior ou menor simpatia, de espírito belicoso ou mineiramente afável, de apoio de Governador ou de Ministro. Isso não conta.

Então, entendo que o Conselho sofreu uma grave derrota no seu método, na sua avaliação, na sua resolução, e faço questão de manifestar aqui, como Conselheiro, a minha profunda frustração com essa decisão, a minha enorme preocupação com o nosso trabalho.

É evidente que o Plenário é soberano e decidiu. Não haverá recurso, embora saiba que o Deputado Mauro Passos — e eu testemunhei isso — foi objeto de uma panfletagem com o envelope e a cédula oficial; que, naquele aglomerado, pelo menos na urna que à esquerda de quem está no plenário, à direita da Mesa, na cabine, havia uma farta distribuição fora da cabine — e o instituto do voto secreto, que abomino, continua valendo — de envelopes e cédulas, não com as 2 para agilizar o trabalho, mas com a cédula "não". O Deputado Mauro Passos fez questão de dizer que votava acompanhando o Conselho e foi panfletado com a cédula oficial "não" e o envelope oficial pelo Deputado Biolchi. E, antes, outros, como o Deputado Colombo, também receberam esse tipo de cédula ali fora. Isso mostra como havia um ânimo até de desrespeito ou meio de oba-oba, numa votação tão importante, como havia um acordo que dava aos defensores do "não" ao projeto de resolução do Conselho essa facilidade, essa falta de cerimônia para agir.

Portanto, a Casa e o Parlamento perderam, por mais que obviamente os votantes, na permanência do Deputado Romeu Queiroz entre nós, com a sua inegável afabilidade e tranquilidade, estejam felizes, creio que para o Legislativo, e ainda mais com uma convocação extraordinária nos termos em que se vai dar, com o dispêndio que custará aos cofres públicos, para acelerarmos esses processos, que um qualquer do povo vai dizer que é uma *pizza* em preparo... Pagar para isso, o povo não vai gostar.

E nós, aqui, temos de ver qual será o futuro do trabalho do Conselho, porque me parece que, agora, há um argumento, há uma lógica que poderá ser argüida, poderá ser colocada em outros processos aí, infelizmente.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Pela ordem, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de V.Exa. falar, gostaria, Deputado Chico Alencar, de agradecer a V.Exa. e ao Deputado Nelson Trad, que substituiu o Deputado Josias Quintal, que, graças a Deus, já está bem melhor, e ao Deputado Orlando Fantazzini, que defenderam o Conselho de Ética. Mas o importante neste Conselho, Deputado, é que vamos continuar com nosso trabalho. O nosso trabalho realmente está sendo um trabalho bonito, um trabalho independente, um trabalho, acima de tudo, justo. Vamos continuar nosso trabalho normalmente. Estamos sendo convocados a partir do dia 15. Vamos nos empenhar, os Relatores vão se empenhar e vamos cumprir com nossa obrigação. O que se decidir aqui é uma sugestão. Enviamos à Mesa, que decidirá e marcará o dia.

Agradeço a todos os que têm participado efetivamente deste Conselho, com 2 ou 3 exceções apenas, todos comparecendo no horário. Quer dizer, hoje estamos na 75ª sessão, 75 reuniões, e algumas delas começando pela manhã e terminando à noite! Quer dizer, estamos trabalhando, estamos dando uma satisfação aos Deputados e à sociedade brasileira.

Com a palavra o Deputado José Mentor.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MENTOR - Sr. Presidente, demais Conselheiros, quero usar da palavra por alguns minutos para prestar alguns esclarecimentos a V.Exa. e aos demais membros do Conselho. Inicialmente, agradeço a V.Exa. pela gentileza de me ouvir e de me permitir usar da palavra.

Começo, Sr. Presidente, exatamente registrando um agradecimento a V.Exa., Deputado Ricardo Izar, ao Relator Edmar Moreira e quero incluir também a Dona Terezinha, Secretária deste Conselho, porque tem V.Exa., Deputado Edmar Moreira, agido com muita compreensão, no caso em que estou representado neste Conselho, pois temos enfrentado algumas dificuldades, até por conta das pessoas que tive de arrolar para estarem aqui presentes. Inicialmente, pelo meu advogado, o Dr. Antônio Cláudio Mariz de Oliveira, que, todos sabem, é um renomado criminalista, meu amigo há 40 anos e me orienta tecnicamente nesta situação, mas, se tenho essa vantagem de tê-lo como advogado, tenho também a desvantagem de ter um advogado com muitos compromissos, que, às vezes, não pode estar à disposição do nosso caso em certas datas. Por esse motivo mesmo, tenho conseguido, através da



boa vontade de V.Exa. e do Deputado Edmar Moreira, ajustar essas agendas para que ele esteja presente me orientando nessa representação.

São ajustes necessários que tenho buscado fazer previamente, ouvindo o Relator e seus Assessores, que também têm tido muito boa vontade, como V.Exa., nunca com outro intuito que não seja o de garantir a realização da prova que cada um possa trazer com informações a este Conselho. Mas, repito, existem dificuldades, ora de um, ora de outro.

Veja V.Exa. que conseguimos arrolar 5 pessoas para prestarem esclarecimentos, 2 por escrito e 3 pessoalmente, e já conseguimos ouvir as 5, com esforço grande. Dom Celso, o senhor sabe, é uma pessoa, Bispo de Catanduva, Vice-Presidente da CNBB, muito ocupada; o Dr. Rubens Approbato, além de advogado eminente em São Paulo, atua na Justiça Desportiva, na OAB, é Conselheiro Federal; e mesmo o Dr. Falcão, que tem responsabilidade na Polícia Federal, enfim, são pessoas de difícil agenda e nós conseguimos marcar e ouvir a todos. O Ministro Meirelles e o Ministro Márcio Thomaz Bastos também já prestaram suas informações por escrito.

Então, o esforço nosso é para garantir a execução da prova. Mesmo no caso da prova solicitada pelo Relator, Sr. Presidente, nós também buscamos colaborar para que fosse executada. Não foi porque o Relator desistiu, com todo o direito de fazê-lo, mas estive em contato com o Dr. Tolentino para que viesse prestar seu depoimento a pedido do Relator, porque era importante esclarecer os fatos a este Conselho.

Toda ação nossa tem sido nesse sentido. Não tenho, em nenhum momento, a intenção de retardar, de procrastinar, de não executar as coisas, pelo contrário. A data do dia marcado, segunda-feira, para eu vir depor, estava confirmada para nós. Eu viria, depois, na segunda-feira. O Relator, por motivos que apresentou, não pôde concordar com essa data e mudou para terça. Na terça, Sr. Presidente e demais Conselheiros, o Dr. Mariz estava em Brasília, só que no STJ, participando da defesa do médico do São Caetano, daquele rumoroso caso do jogador que faleceu. Eu já havia anunciado à Secretaria e não poderia estar em 2 lugares, no STJ e no Conselho.



Então, não houve nenhuma intenção de não estar presente ou de desconsiderar o Conselho, ao contrário. Todo nosso esforço tem sido nesse sentido. Vim aqui, mais uma vez, registrar esse passo e dizer que estou à disposição do Conselho para a data, nos primeiros dias da convocação extraordinária, que V.Exa. e o Relator determinarem. Só peço a gentileza de me avisar uns dias antes para acertar a agenda com o Dr. Mariz para que esteja presente.

Registro, mais uma vez, que mesmo quando o Dr. Mariz não pôde estar, no caso das testemunhas de defesa, ele se fez representar pelo Dr. Aldo e não remarcamos a audiência. Era testemunha de defesa, uma situação um pouco diferente. No caso do depoimento, não, é uma peça importante desta Representação, que gostaria de estar acompanhado do Dr. Mariz.

Peço desculpas a V.Exa. mais uma vez, aos demais Conselheiros e me coloco à disposição para, logo no início da convocação extraordinária, estar presente para depor.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado, vou sugerir ao Relator Edmar Moreira a data de 17 de janeiro, praticamente é o primeiro dia normal dos nossos trabalhos. Seria o ideal. Mas vou conversar com o Relator e posteriormente informaremos V.Exa.

Sras. e Srs. Deputados, esta reunião foi convocada para a tomada de depoimento dos Srs. Charles Antônio Ribeiro, Hermínio Moura de Araújo, testemunhas arroladas pelo Deputado Jairo Carneiro, Relator do Processo nº 8, de 2005 (Representação nº 43, de 2005), e do Sr. Paulo Vieira Albrigo, testemunha arrolada pela defesa do Deputado João Magno.

Convido o Sr. Charles Antônio Ribeiro.

Comunico que está presente também o Dr. Wellington Valente, advogado do Deputado João Magno. Se S.Sa. desejar, pode sentar-se ao lado da testemunha ou ficar onde está. *(Pausa.)*

Peço a atenção dos senhores presentes para o regulamento.

Inicialmente, concederemos a palavra ao Relator, Deputado Jairo Carneiro, para interpelar a testemunha. Posteriormente, concederei a palavra aos Deputados



inscritos para fazerem outras perguntas. No final, ouviremos o advogado para fazer as perguntas à testemunha.

Com a palavra o Relator, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar, nobre Deputado João Magno, Representado, Sr. Charles Antônio Ribeiro, testemunha, senhor advogado, caros colegas do Conselho, peço que V.Sa. faça uma breve exposição sobre o que conhece a respeito dos fatos arrolados relacionados ao Deputado João Magno. Inicialmente, fazendo sua identificação, se é assessor, há quanto tempo, se trabalha aqui ou no Estado, que funções desenvolve, se recebeu algum recurso, como se processou tudo, com orientação de quem, enfim, esclareça os fatos que conhece a respeito.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhor. Bom-dia a todos. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu nome é Charles Antônio Ribeiro, sou do Estado de Minas Gerais, da Cidade de Ipatinga. Sou casado, tenho 2 filhos, trabalho como assessor parlamentar do Deputado João Magno na sua base no Vale do Aço. Eu fui citado...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Há quanto tempo trabalha como assessor de S.Exa.?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Desde 1999, no primeiro mandato.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E, nessa época, era Deputado?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E quando foi Prefeito, o senhor trabalhou com ele?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhor. Trabalhei na Secretaria de Administração.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Da Prefeitura do Município?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Era secretário? Qual era a função?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não. Eu era auxiliar de serviços.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Sr. Relator, Srs. Deputados, eu gostaria de ler o termo de compromisso:



“Nos termos do art. 12, inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 8, de 2005 (Representação nº 43, de 2005), instaurado contra o Deputado João Magno.

Sala das reuniões, 15 de dezembro, de 2005.

Charles Antônio Ribeiro.”

Com a palavra o Relator, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tem relações de família com o Deputado João Magno?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Tenho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Por favor, senhor advogado, por favor. Esclareça então quais são as relações.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - De amizade.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas o senhor disse que tem de família.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Significa algum laço de parentesco?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Do seu lado, do lado da sua esposa?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Como conheceu o Deputado João Magno?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Como eu disse, o Deputado João Magno, quando Prefeito de Ipatinga, eu trabalhava como secretário de administração dele, fazendo os serviços de administração.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A pergunta é: como o conheceu?



O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - É. E aí, quando o Deputado João Magno foi candidato a Deputado Federal pela primeira vez...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor responda primeiro como conheceu e quando conheceu o Deputado João Magno, não Deputado, creio que Prefeito, ou antes até mesmo de ser Prefeito.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Contato pessoal, eu não tinha, só o via esporadicamente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o senhor foi escolhido secretário de administração?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Depois, quando eu já tinha uma relação com os assessores da Prefeitura e quando ele veio a ser candidato a Deputado. Os assessores que me escolheram para trabalhar com ele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando ele era Deputado?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Na campanha para Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, mas o senhor trabalhou com ele quando Prefeito. Ele não foi Prefeito antes de ser Deputado?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não. Ele foi Prefeito. Eu fui chamado pelo secretário dele, porque eu tinha um amigo que trabalhava como secretário e estava precisando de serviços e me chamou para trabalhar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sua formação profissional.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Eu sou técnico em metalurgia.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. Tem vinculação, filiação político-partidária?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Tenho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Vai dizendo, por favor.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - O PT.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. Desde quando?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - 95.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então o senhor teria sido indicado por alguém para conhecer o ...

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo. Pode continuar.



O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Então, Sr. Deputado, eu fui citado no processo da relatoria da CPI dos Correios, indicado. Quando aconteceram os fatos, o Deputado João Magno foi até o Relator e mostrou que os nomes que estavam na lista, dentre eles o meu, que era uma pessoa vinculada a ele, trabalhava com ele... Então, fui citado nesse processo. E estou aqui para colaborar com os senhores.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pode falar sobre os fatos que estão apontados em sua direção.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim. O que foi citado da minha pessoa é que eu recebi, através da minha conta bancária, um valor de 10 mil reais, depositado no mês de agosto. E foram esses recursos que foram depositados na minha conta. O Deputado João Magno me ligou falando que ia depositar um dinheiro na minha conta, para pagar uma dívida de campanha, de 2002, de 2 fornecedores que já estavam cobrando essa dívida, que ele estava tentando conseguir uns recursos no PT nacional, e foram depositados. Aí ele me ligou e pediu: *O Charles, eu estou precisando depositar um dinheiro na sua conta aí* — porque ele estava me parece que aqui em Brasília — *para poder pagar as dívidas que está precisando pagar aí.*

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nessa época ele era Deputado, o senhor era assessor?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Débito da campanha de Prefeito?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Campanha de Deputado, 2002.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - De Deputado. E qual a origem do dinheiro?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Segundo ele, foi do PT nacional. Ele me ligou falando...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, mas o senhor recebeu em sua conta uma importância?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E não tem identificação de quem fez o depósito?



O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Eu pedi, logo sabendo que seria convocado pelo senhor, na Caixa Econômica Federal, as documentações para saber como é que...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. Então?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Já foi pedido.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ah, o senhor não tem?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, agora eu não tenho porque...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele disse ao senhor que seria o PT que estava fornecendo o recurso?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O dinheiro entrou na sua conta, o senhor não teve a preocupação de identificar a fonte do recurso?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, porque o Deputado João Magno é uma pessoa que eu confio nela, uma pessoa que eu confio, que eu tenho um apreço, uma consideração por ele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em razão disso, o senhor faria qualquer coisa que ele lhe pedisse ou determinasse?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, eu confio nele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pode continuar.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Então, foi feito isso. E eu, recebendo essa importância, fiz os devidos pagamentos das pessoas que estavam já cobrando há algum tempo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Esses comprovantes de pagamentos estão acostados ao processo? Foram pagamentos feitos a quem?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Foram pagamentos feitos para uma pessoa lá de Itabira de um serviço que ele prestou lá na região onde que ele foi...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor se lembra qual foi o serviço?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Acho que foi pintura de muro, pintura de muro, essas coisas, era isso. E o outro serviço foi para um contador da campanha que trabalhou e que ficou devendo a ele também.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Esses comprovantes estão no processo? O senhor sabe?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Estão sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor tem cópias desses papéis?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Tenho sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Estão aí?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Estão na prestação de contas suplementar que foi feita pelo Deputado e naquele envelope...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor tem o original desses recibos? Foram recibos em seu nome?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, foi em meu nome, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em nome de quem?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Vou ter que olhar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não se lembra?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Foi em nome do Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o senhor não tem guardados os originais?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Tenho. Está na prestação de contas.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Os originais?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - É.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ao Tribunal Eleitoral?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor tem mais algum esclarecimento a prestar? Conhece mais algum fato que possa interessar ao esclarecimento desses trabalhos de apuração, de investigação?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhor. O que foi me passado é o que eu...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor continua assessor?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Continuo assessor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Lá em Minas?



O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Em Minas Gerais, na região do Vale do Aço.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tem conhecimento de outros recursos que foram recebidos também para pagamento de débitos de campanha?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, tenho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Que vinculam o irmão do Deputado, por exemplo?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E também depósitos efetuados diretamente na conta do Deputado?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, por enquanto eu estou satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Moreira) - Obrigado, Deputado Jairo Carneiro.

Passo a palavra ao próximo inscrito. Dr. Wellington Valente, advogado do Representado, o senhor pode fazer uso da palavra.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Bom-dia a todos. Sr. Presidente, Sr. Relator, Deputado Jairo Carneiro, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, tenho algumas perguntas, para esclarecer melhor algumas perguntas que foram respondidas ao senhor, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu gostaria de dizer que eu estou bem esclarecido.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, não, é porque é uma questão com relação ao extrato bancário.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ah, sim.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Ao extrato bancário. É porque não ficou claro na resposta dele para mim a questão do extrato bancário. O senhor disse, Sr. Charles, agora há pouco, que pediu os documentos à Caixa. A Caixa Econômica já entregou esses documentos ao senhor?



O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhor. Eu pedi à gerência da Caixa para poder providenciar, e eles pediram um prazo de 15 dias úteis para poder fornecer a documentação.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu gostaria de que o nobre advogado pudesse informar qual o propósito desse esclarecimento, como pode colaborar com os nossos trabalhos?

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, senhor. É porque, para ficar claro que houve o depósito mas houve o saque para o pagamento dos montantes devidos às pessoas que receberam os recursos.

Estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Moreira) - Pela ordem dos inscritos — inicialmente são 2 Conselheiros inscritos —, com a palavra o Deputado Orlando Fantazzini. V.Exa. tem o tempo que lhe convier.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar o ilustre Relator, Deputado Jairo Carneiro, o Dr. Wellington, o Deputado João Magno e o Sr. Charles.

Sr. Presidente, ainda estou sob a indignação daqueles que trabalham de forma honesta, decente, buscando a verdade e vêem o fruto do trabalho ser desmoralizado em razão de camaradagem.

Uma das piores coisas que podem ocorrer em qualquer instituição é a camaradagem, a camaradagem na perspectiva do acobertamento de ilícitos para se manter o companheirismo e o espírito de corpo.

Minha militância, Sr. Presidente, é na área de direitos humanos, e uma das coisas pelas quais mais nós lutamos nessa área é justamente contra a violência institucionalizada, em especial por setores da polícia onde existem os abusos, e muitas vezes a instituição não consegue enxergar que acobertar abusos leva ao desgaste da instituição.

Sempre trabalhamos e lutamos para que aqueles que, utilizando-se do aparelho de Estado para garantir segurança pública, cometeram abusos, não fossem julgados pelos seus próprios pares. Por isso a luta histórica e tradicional do movimento de direitos humanos é de que aqueles que cometem qualquer delito na condição de representantes do Estado deveriam ser julgados por tribunais comuns e



não por tribunais militares. Isso buscando preservar a instituição para que o corporativismo em hipótese alguma se sobrepusesse aos interesses da instituição.

Depois de realizarmos aqui um trabalho minucioso de oitiva de testemunhas, de análise de documentação, comprovado restou pelos documentos acostados e pela própria manifestação, inclusive, daquele que estava sendo averiguado, que de fato recebeu recursos, intermediou, embora não os apalpou, não os pegou com as suas próprias mãos.

Disse que não era para benefício próprio, mas para benefícios de terceiros que, mais adiante, lhe trariam benefícios porque foi para apoio de seus próprios correligionários. E isso foi desconsiderado por completo. Triste episódio ontem onde denunciados em outros processos trabalhavam inclusive para a absolvição. Embora com todo o conteúdo de prova, mas na presunção de que temos que abrir a porteira, porque se absolveu um que recebeu dinheiro do “valerioduto”, todos os demais também terão de ser absolvidos, como forma de criar uma jurisprudência nesta Casa.

Não bastasse, partidos também se empenharam e trabalharam nessa perspectiva. Partidos que no passado condenavam veementemente todo e qualquer tipo e qualquer ato de corrupção ontem passaram a trabalhar no sentido de acobertamento daqueles que receberam recursos escusos, que fizeram caixa 2, que não prestaram contas. Triste o destino de uma nação onde os seus representantes pedem rapidamente para que os Representados esqueçam tudo o que disseram e o que fizeram no passado. Uma nação onde não há uma perspectiva histórica e uma coerência na conduta e no comportamento obviamente não terá um futuro brilhante pela frente.

Aqueles que teriam as condições, o dever e a obrigação de fazer com que os cidadãos tivessem claro que a impunidade é algo que não pode prosperar em nenhum rincão deste País deram demonstração clara ontem de que a impunidade tem que prevalecer e de que esta é uma sociedade onde a Lei de Gerson é a que fala mais alto e a que maior valor tem entre todas as leis neste País: leve vantagem, porque aqueles que sabem levar vantagem acabam na impunidade.

Isso me dói muito, Sr. Presidente, quando nós assistimos ações no conjunto da sociedade, que me traz na consciência um exemplo de uma senhora de 79 anos,



com câncer terminal e que sequer tem a possibilidade de desfrutar os seus últimos dias de vida, porque morrerá em breve, numa prisão domiciliar, com seus entes queridos. Ao passo que o caso daqueles que ao longo de 20, 30 anos já foram denunciados em vários descasos, roubos, desvio de recursos, contas no exterior, comoveu o Judiciário, porque triste é manter um pai e um filho na mesma cela.

E assim tem sido o procedimento não só das ações fora deste Parlamento, como também dentro deste Parlamento. Parece-nos que o parâmetro utilizado pelo Plenário desta Casa é um parâmetro idêntico ao parâmetro da injustiça que se faz com o povo na sociedade.

Então, Sr. Presidente, eu estou muito triste. V.Exa. ontem já havia-me cantado o resultado antecipadamente, porque já sentira a movimentação no Plenário da Casa, e V.Exa. me dizia: *“Não se surpreenda, mas a Casa tomará uma decisão muito mais de preservar interesses corporativos, interesses de grupos partidários, do que propriamente a Casa estará preocupada em preservar a própria instituição”*.

E depois não há o que reclamar quando a população ocupa as galerias, vão ou aplaudem algumas manifestações. E é triste ouvir quando alguns ainda se arrogam no direito de exigir respeito ao povo que está nas galerias. Qual respeito podemos exigir se nós não nos damos o respeito?

É lamentável. Triste episódio a que assistimos ontem. A Câmara dos Deputados desconsidera o trabalho do Conselho, que se debruçou na análise, com provas claras, inclusive com a própria confissão daquele que estava em julgamento, que declarou claramente que recebera os recursos, mas que não teve a possibilidade de palpá-los em sua própria mão ou que tenha passado por sua conta corrente, mas que foi utilizado para beneficiar seus correligionários. E esta Casa decidiu que este é um ato normal, este é um ato que não pode levar nenhum Parlamentar à cassação.

Lamento profundamente, Sr. Presidente, tal ocorrido. Este Conselho perdeu, e muito, a sua credibilidade ontem. Este Conselho e os Conselheiros que têm aqui se desdobrado para atuar de forma isenta, para atuar de forma imparcial, receberam uma resposta clara do Plenário desta Casa: *“Vocês estão errados, têm de atuar de forma parcial, não isenta e procurando a defesa exclusiva do corporativismo e do espírito de corpo desta Casa”*.



Eu não tenho perguntas a fazer, Sr. Presidente, até porque — desculpe-me, nobre Relator Jairo, gostaria até de poder colaborar —, mas meu espírito não está me permitindo hoje uma atitude desta natureza, até porque começo a perder a crença neste Parlamento a partir do episódio de ontem.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Moreira) - Deputado Orlando Fantazzini, Srs. Conselheiros, a Sra. Conselheira vai me permitir não mais do que 2 minutos. Com certeza, Orlando — permita-me a intimidade —, o que ocorreu ontem mais do que nunca deve servir de motivação e para que este Conselho de Ética não perca o seu rumo, não abandone o seu GPS, não percamos o elã. E permito-me discordar de V.Exa. nessa parte final, onde diz que nossa credibilidade sofreu. Eu diria que nossa credibilidade sequer foi arranhada.

Então, circunstancialmente nesta Presidência, eu concitaria, ousaria dizer aqui para os mais experientes e os mais competentes e ao Conselho como um todo que nós temos de continuar sem arredarmos um milímetro, um passo, dessa conduta na qual o Conselho tem-se pautado, mercê de sua ponderação, moderação, imparcialidade e dando amplamente o poder da defesa, do contraditório. E posso dizer a V.Exa. que eu já tive o testemunho nesta Casa — e com certeza os senhores também já tiveram esse testemunho — de elogio à conduta deste Conselho. Mas, meus caros Deputados Nelson Trad, Benedito de Lira, Jairo Carneiro, o que ocorre é o voto secreto. Aí está a diferença. Aqui, no Conselho de Ética, nós nos expomos, e não pode ser ao contrário. Com certeza, se a votação fosse aberta, no caso de ontem e nos anteriores, muitos se acovardariam de realmente expressar a sua vontade por meio do voto.

Então, muitas modificações devem ser feitas.

Ontem mesmo, logo após a votação, eu permaneci em plenário, meu caro Nelson Trad, e uma emissora de rádio me perguntou se eu estava triste ou contente. Eu falei: *“Absolutamente, não estou nem triste nem contente, eu entendo que o trabalho do Conselho de Ética termina, ele se exaure no momento em que entregamos o processo concluído à Mesa da Câmara”*.

Daí para frente, excepcionando o voto que daremos em plenário para ratificar, com certeza, a decisão deste Conselho — aqueles que votaram a favor e aqueles



que votaram contra, eu não entendo que em plenário seria diferente —, a nossa responsabilidade cessou, meu caro Deputado Orlando Fantazzini.

Então, se me fosse possível fazer um pedido, uma reflexão: vamos continuar. Muitas modificações deverão ser feitas no Regimento, exatamente para permitir, para adequar o Conselho de Ética a outros casos que futuramente virão, para que o Conselho de Ética, então, possa exercer em toda plenitude aquilo que ele decidiu. Porque realmente se você não tem o mando, o comando daquilo que decide, fica uma tarefa absolutamente inócua e inviabilizada. Mas eu, ao encerrar essas palavras, e até repetindo, eu acho que, se nós nos arredarmos daquilo que nós estamos fazendo até então, talvez piore. Eu acho que este é o caminho. Aqui não existe absolutamente aquela sanha de condenar ou tampouco de absolver. Nós estamos nos limitando a examinar os autos, a ouvir o Representado, a ouvir os seus defensores e até estamos admitindo essa protelação que, através de recursos, através de camaradagem, como V.Exa. citou, a gente permite.

No meu relatório, por exemplo — até queria dar uma satisfação a este Conselho —, eu me preparei, submeti ao Plenário deste conselho um cronograma do término do meu trabalho, foi aprovado pelo Plenário deste conselho e quando o Representado, o nobre Deputado José Mentor, me fez as ponderações, eu lhe disse: *“José Mentor, a partir de 8 de dezembro para trás”* — porque 8 de dezembro é o dia da leitura do meu relatório —, *eu concedo qualquer permuta, qualquer adiamento, sexta, sábado, domingo que lhe convier, que lhe for absolutamente conveniente”*. Mas, atendendo a pedidos reiterados e até com a anuência do Sr. Presidente — precisamos dar satisfação a este Conselho, porque este cronograma foi votado por este Plenário —, nós admitimos que isso fosse protelado. E, com certeza, há um ânimo de se adiar isso para o ano que vem. Agora, eu também estou disposto, sob pena de entregar a minha relatoria, a que, no lapso de tempo da convocação extraordinária, parece-me que é de 15 de janeiro a 15 de fevereiro, não sei, eu não relatarei o meu processo, porque seria uma incoerência de minha parte, se eu viabilizei um tempo que daria para terminar em 8 de dezembro, eu não me sentiria à vontade de numa convocação extraordinária, de usar uma convocação extraordinária para fazer um trabalho que eu teria tempo de sobra, e tive, para fazê-lo no tempo absolutamente normal. Então, se houver convocação extraordinária



oficialmente, aí quem vai adiar sou eu, sob o meu risco e responsabilidade. Só quando iniciarem os trabalhos normais do ano legislativo, que deve ser dia 15 de fevereiro. Afora isso, quem vai usar os argumentos protelatórios é este Relator. Eu acho que as coisas devem ser colocadas dessa forma.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, só para concluir, eu não tenho dúvida nenhuma de que este Conselho continuará trabalhando com a mesma imparcialidade, com a mesma responsabilidade. Agora, eu lamento muito que o corporativismo desta Casa não leve em conta o trabalho deste Conselho. E me preocupa a instituição como um todo, porque essa camaradagem no aspecto negativo é que cada vez mais leva ao descrédito da população quanto à classe política. E, depois, setores da classe política se arrogam no direito ainda de exigir respeito. Então, é nesse sentido. Mas confesso ao Deputado Jairo que hoje não terei como colaborar na oitiva das testemunhas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edmar Moreira) - Eu gostaria de convidar S.Exa. o Deputado Nelson Trad. Por favor, gostaria que V.Exa. me substituísse aqui na Presidência, antes que eu faça da mesma uso indevido

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Vamos dar a palavra à Deputada...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nobre Presidente, quantos inscritos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - O último, a última titular, e não há inscrição, Sr. Deputado.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Desculpe-me, não sabia que era eu e fui lá para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Charles, muito obrigada pela sua presença aqui para nos ajudar no trabalho do Conselho.

O senhor referiu que é filiado ao Partido dos Trabalhadores desde 95, parece. É isso?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhora.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor é do mesmo grupo político do Deputado João Magno?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O que o senhor faz no mandato do Deputado?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Eu atendo às demandas do gabinete perante as lideranças regionais e, quando o Deputado também não possa estar presente, eu vou e represento o Deputado na região.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor já concorreu a algum cargo eletivo?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ficou a dúvida na sua afirmação anterior, na pergunta do Relator. O senhor foi secretário de Administração do Deputado no Governo dele lá em Ipatinga?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor trabalhou na Secretaria?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Deixa eu perguntar uma outra coisa. Como é que o senhor soube que iria haver um depósito na sua conta? Como é que o senhor soube disso?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - O Deputado João Magno me informou.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele falou que pediu autorização sua para fazer esse depósito?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Ele esclareceu por que não fez na conta dele?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Ele não estava no Estado no dia.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E quem fez esse depósito?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não sei.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quer dizer, ficou só sabendo que teve depósito.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhora.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não houve identificação na conta.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Ainda não.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando ocorreu?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Dia 18 de agosto.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Agosto de?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Dois mil e três.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi perguntada aqui várias vezes a questão do recibo, de que o senhor teria pago duas prestadoras de serviço durante a campanha e que estavam em dívida na campanha do Deputado. Esses recibos o senhor pegou? A pessoa deu para o Deputado? O senhor entregou para o Deputado? Como é que foi?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - No momento do pagamento eu pedi à pessoa para assinar o recibo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Como é que foi feito esse pagamento? Em dinheiro, em cheque?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Em dinheiro.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom, obrigada.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente, por favor, eu faria mais alguma indagação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - V.Exa. tem o privilégio.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu agradeço.

Sr. Charles, o senhor conhece o Sr. Antônio José Custódio Neto, de Ipatinga?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Antônio José Custódio Neto?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Conhece?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Assim, pelo nome, não estou lembrado não.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Conhece a Confecção Ideal?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Conhece essa.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Tem lá umas... Assim, a pessoa, a pessoa não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Prestou serviços à campanha do Deputado?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Prestou. Parece que o titular dessa firma é o Sr. José Antônio Custódio Neto. Mas o senhor não se lembra da pessoa dele?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor é filho de Ipatinga?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Eu sou filho de Ipatinga, nasci na cidade vizinha a Ipatinga, mas mudei quando tinha...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas mora lá há muitos anos?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Moro há 30 anos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sabe de serviços prestados para campanhas do Deputado por essa firma, Confecção Ideal?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E tem conhecimento de débitos remanescentes de prestação de serviços, de fornecimento de materiais?

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - É, ficou débito de campanha, não é, para pagar a posterior.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, está bom. Obrigado.

O SR. CHARLES ANTÔNIO RIBEIRO - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Senhor advogado, quer fazer perguntas?

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Não senhor, Excelência, estou satisfeito.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Não há mais nenhum conselheiro inscrito. Dou por encerrado o seu depoimento, agradecendo a sua presença e a convocação do Conselho.

Vamos chamar agora o Sr. Hermínio Moura de Araújo, testemunha arrolada pelo Deputado Jairo Carneiro, Relator do processo instaurado contra o Deputado João Magno. Ele está chegando.

Aliás, vou até aproveitar este espaço vazio da audiência para manifestar também a minha opinião a respeito do que aconteceu ontem em plenário da Casa, não porque nós queiramos fazer aqui um muro de lamentações. Temos o papel certo de órgão que tem um papel importante num processo dessa natureza, mas o de que o País está reclamando — eu senti isso pela minha caixa de *e-mails* e por uns telefonemas ontem de madrugada — é do exemplo que alguns Deputados deram ontem de desprezo a nossa sacrossanta posição dentro do plenário da Casa. Isso significa o seguinte: fizeram da cabine eleitoral ontem um bordel para uma grande esbórnia, fazendo boca de urna (*risos*). Uma coisa que, na realidade, demonstra que não vamos consertar as próximas eleições, porque isso tudo que está acontecendo aqui hoje é em função da lei eleitoral que nós temos e sobretudo a responsabilidade daqueles que representam os eleitores, que deveriam, aqui dentro da Casa, dar o exemplo. Ontem, na realidade, ficou bem saliente isso. Bem saliente.

Eu lastimo fazer esta comparação. Fizeram sexo explícito ontem — alguns — no interior da catedral onde nós rezamos a fé dos nossos destinos democráticos.

O senhor vai assinar um termo de compromisso. Queira ler, por obséquio, a fim de prestar o seu depoimento.

Em seguida à assinatura, vamos dar a palavra ao Relator da representação, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Nos termos do art. 12, Inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 08/2005, Representação nº 43/05, instaurado contra o Deputado João Magno. Sala de reuniões, 15 de dezembro de 2005.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Muito obrigado.

Tem a palavra, Deputado Jairo.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Hermínio Moura de Araújo, vou pedir que inicialmente o senhor faça sua identificação, fale alguma coisa sobre as suas atividades. Depois farei alguns questionamentos intermediários sobre esse ponto e depois exploraremos outras questões.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu sou casado, natural de São Geraldo da Piedade, região leste do Estado de Minas Gerais, tenho 2 filhos e sou um profissional da área do planejamento e da pesquisa social. Também estou aqui na qualidade de testemunha deste processo que por ora enfrenta o Deputado João Magno. Eu também sou irmão dele. Profissionalmente, eu tenho uma empresa de pesquisa e de planejamento há cerca de 10 anos e nela eu desenvolvo as minhas atividades, enquanto um profissional ligado a este trabalho de consultoria junto a administrações públicas e gestão empresarial. Estou aqui, além de testemunha convocada por esta Relatoria, eu estou porque o Deputado João Magno, ao ser notificado, fez questão de me identificar como um dos recebedores de uma transferência feita de recursos de campanha que ele pegou junto ao Partido dos Trabalhadores para quitar um débito de um serviço prestado pela minha empresa a ele nas eleições de 2002.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor já prestou serviços à Prefeitura na gestão do então Prefeito João Magno?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Já prestei, como Consultor na área do planejamento, num grande projeto de reassentamento financiado pelo Banco Mundial.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Como pessoa física ou como pessoa jurídica?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Como pessoa física.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Através de licitação?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Através de uma empresa, contratado como técnico especialista, uma empresa de Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ah, sim. Então o contrato foi com uma pessoa jurídica. Ou com o senhor?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Com uma pessoa jurídica. Eu fui contratado por essa empresa enquanto profissional da área de pesquisa.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. E, posteriormente, como pessoa jurídica, prestou serviços ao Deputado?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Ao Deputado João Magno...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - ...na campanha de 2002 e na campanha de 2004, quando eu, mesmo estudando fora, em Belo Horizonte, pude realizar algo em torno de 1 ou 2 pesquisas.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Nessa ocasião ele exercia mandato?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - De 2004?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando fez essas pesquisas, ele exercia mandato?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim, ele exercia mandato.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Exercia mandato.

O senhor tem os documentos comprobatórios dos pagamentos desses serviços?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Tenho. Não os trouxe.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Poderia trazer?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Mas eu poderia enviar. O relatório do serviço prestado eu trouxe, tenho aqui.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, mas os recibos, os comprovantes dos pagamentos?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu fiz ao banco... O primeiro pagamento do qual eu fui citado, eu fiz...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, pagamentos feitos a V.Sa., serviços que o senhor realizou.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim, sim. Eu tenho o... Eu fiz à Caixa Econômica Federal, por volta de uns 30 dias, uma solicitação...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu estou, então, meio confuso. Esses serviços foram pagos com esses recursos. É isso que o senhor quer dizer?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ah, sim.



O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Dezenove de agosto de 2003.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O valor?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Vinte e cinco mil, novecentos e poucos reais.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Aqui consta 19 de setembro de 2003, numa informação que eu tenho, no relatório.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Este recibo eu recebi num depósito em conta corrente em 19/08/2003.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O recibo, o senhor se lembra a data ou não?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Foram feitos 2 recibos. Eu estava escrevendo tese fora, em Belo Horizonte, e o meu funcionário deu até uma quitação de um recibo parcial. Esses recursos não vieram, então... eles vieram cerca de 11 meses depois do serviço realizado. O serviço foi realizado em setembro de 2002 e nós só recebemos em 19 de agosto de 2003.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Vinte e cinco mil, novecentos e quinze?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Exatamente esse valor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O dinheiro foi depositado direto em sua conta?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Na minha conta pessoal.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. E a origem do dinheiro?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - A origem do dinheiro, eu cobrava do Parlamentar, e ele me dizia que aguardava esses recursos junto à direção do Partido dos Trabalhadores. E, ao ligar, ele disse que ia prontamente depositar esse valor em minha conta. Não sei através de quem depositou, mas assim o fez em minha conta pessoal.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Porque consta que os recursos vieram da SMP&B. O senhor ouviu falar isso?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu não ouvi. Eu sei que ele lutava junto à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores para me pagar esse recurso, assim como outras dívidas de campanha.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor teria mais informações a trazer a este Conselho sobre fatos atribuídos ao Deputado João Magno?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não. Eu conheço o João Magno. Além de irmão, e da honra de ser irmão de uma pessoa que é — eu considero — um sacerdote da política, eu não tenho nada a comentar, para que até eu não possa aqui fazer nenhum juízo de valor. Eu estou aqui na qualidade de testemunha. Portanto, eu prefiro nem tecer comentários para que aqui eu não cometa juízo de valor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor também tem conhecimento dessa empresa Confecção Ideal, lá de Ipatinga?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não conheço, não conheço.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Atualmente o senhor mora em Ipatinga?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Moro em Ipatinga e resido...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Há quanto tempo?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Há cerca de 10 anos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E não conhece essa firma?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - A empresa Ideal, jamais.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ou o Sr. Antônio José Custódio Neto?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Também não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor participa de atividades políticas?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu sou filho da democracia dos anos 60, mas fiz uma opção, já no final dos anos 80, de não militar partidariamente. Eu o faço na política do cotidiano, da vida e da existência. Mas partidariamente eu não atuo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E na campanha do seu irmão, também não?



O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Às vezes, como conselheiro, orientador, por ser um profissional da área da Ciência Social e Ciência Política, mas... Alguns conselhos como amigo, irmão, mas em campanha eu não tenho atuado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Está bom. Por enquanto estou satisfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Hermínio, muito obrigada pela sua presença aqui para nos dar condições de trabalhar.

Eu ia lhe perguntar, mas o senhor acabou de dizer que não tem filiação partidária.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não tenho.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor nunca militou no partido do Deputado João Magno?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Até militei no início dos anos 80, na época da campanha das Diretas. Eu fui uma espécie de fundador do PT também na cidade onde nós chegamos aos 12 anos, a cidade de Ipatinga, mas depois eu vi que meu perfil não era para esse tipo de mediação de conflito natural à política e à missão que os senhores exercem também. Não é do meu *métier*.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Hermínio, me diz uma coisa, o senhor falou que recebeu um depósito bancário, é isso?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim, no valor de 25 mil, 915.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi 1 pagamento ou 2 pagamentos?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Foi 1 pagamento relativo a esse serviço prestado em 2002.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Então, em agosto de 2003, o senhor recebeu um recurso referente a um trabalho de 2002, para a campanha de 2002 para Deputado?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Exatamente. Sim.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O senhor prestou algum serviço para a campanha de 2004?



O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu estava em Belo Horizonte, num momento terrível, escrevendo dissertação, e às prévias internas do Partido dos Trabalhadores, por volta do mês de abril, a empresa foi contratada para um breve serviço, que era uma sondagem interna, quantitativa e qualitativa, para a escolha interna que o partido faria do candidato. Eu nem estava, foram técnicos da empresa que fizeram. Foi feita a contratação de uma pesquisa quantitativa e qualitativa em maio de 2004.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Esse o senhor recebeu logo, imediatamente?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Recebi.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Não ficou devendo?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não, foi quitado.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Esse serviço que o Deputado Relator lhe perguntou, da prestação na Prefeitura, não foi com a sua empresa, foi com trabalhador contratado de uma outra empresa. Foi isso que o senhor falou?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Exatamente. Isso mesmo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Que serviço o senhor fez para a Prefeitura?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu sou um profissional da área do planejamento e de pesquisa. Esse processo, depois de 23 anos, o Banco Mundial veio a financiar a habitação. Então, como educador e mobilizador comunitário, a maior parte até dos funcionários da Prefeitura questionava por que eu não poderia, de alguma forma, prestar serviço a tão importante projeto para a vida da cidade. E assim o fiz, até porque sempre não foi essa a nossa conduta de abuso de poder. E nesse caso o fiz profissionalmente, tranqüilamente, com a consciência limpa do dever.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quero dar testemunho ao Deputado João Magno que esse serviço que a Prefeitura fez lhe rendeu até um prêmio internacional pelo trabalho que ele fez com essa prestação de serviço de habitação lá na cidade

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Isso mesmo.



A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu só ia lhe perguntar mais uma coisinha. Em relação a esse vínculo fraterno que o senhor tem com o Deputado, foi motivo de o senhor prestar esse serviço? Foi a confiança no seu trabalho? Foi conhecimento do seu trabalho? O que levou o Deputado João Magno a lhe contratar?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu estava fora, trabalhando na Assembléia Legislativa de Minas como Assessor Parlamentar. Eu estava saindo para estudar fora, o Deputado me ligou e falou: "*Hermínio, eu passo por diferentes problemas. Eu preciso, de alguma forma, de sua qualificação aqui. Deixa para escrever sua tese adiante*". Eu então voltei. Eu tinha chegado com ele, aos 14 anos, na cidade e pude realizar um trabalho de bem. Eu tenho certeza de que ele me contratou como um profissional. Eu não estava, enquanto irmão, impedido de prestar um serviço à minha cidade e assim o fiz, e bem feito.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Muito obrigada, Sr. Hermínio.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Hermínio, esse serviço realizado em 2004, o senhor recebeu o pagamento feito por quem?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Esse pagamento, eu não estava na empresa, mas foi feita a remessa ao meu funcionário que comanda o escritório.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pago por quem?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - A coordenação de prévias... as preliminares que determinaram que o Deputado João Magno seria o candidato a Prefeito de Ipatinga.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Foi a nota fiscal emitida para quem?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - A nota fiscal foi emitida para o Deputado João Magno.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Deputado João Magno?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E a fonte desses recursos, o senhor sabe?



O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu não sei. Eu sei que João sempre estava às voltas com o PT para que o auxiliasse nesse processo de captação difícil, do que é uma campanha eleitoral.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O Deputado poderia prestar algum esclarecimento sobre isso daqui a pouco. Mas eu pergunto: o senhor foi Assessor Parlamentar de que Deputado?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Marcos Helênio, PT de Minas Gerais.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - De 89 a 91.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Antes o senhor tinha declarado que o seu perfil não era adequado para atividades políticas.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E teria deixado quando? Em 80? O senhor disse isso?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Eu deixei a vida partidária em 85, depois das "Diretas Já". Mas eu fui chamado pelo Deputado, que era um amigo, enquanto profissional. A Assessoria até não queria, porque determinava que o PT só tinha que ter gente... Parlamentar do PT só tinha que ter gente filiada. Eu não era e não me exigiram isso. E tinha uma posição contrária, mas acabei assessorando Parlamentares por 2 anos em Belo Horizonte.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputado Chico Alencar, quer usar...

Deputado Thame quer usar da palavra. Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Logo em seguida, porque não se refere a perquirir a testemunha. No intervalo entre uma e outra, eu usarei a palavra. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Tem a palavra V.Exa. Desculpe a censura. *(Risos.)*

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. e Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu não quero deixar de registrar aqui as minhas



palavras sem registrar o trabalho sério que este Conselho de Ética tem feito. Independente do que haverá de acontecer comigo, eu vejo nos senhores uma atenção firme em cumprir com o que é necessário, com o que é o dever de um Conselho de Ética, de uma instância tão importante como é o Parlamento, a Câmara dos Deputados. Com essas palavras, eu quero saber do ilustre Deputado Relator, Jairo Carneiro, em que efetivamente eu posso colaborar, explicar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Seria esclarecer, nobre Deputado, sobre esse pagamento do serviço realizado pela empresa do seu irmão em 2004. Qual foi o dinheiro utilizado para o pagamento?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Eu até, na oportunidade em que estive aqui, no meu depoimento ao Conselho de Ética, reforcei, trouxe esse assunto de forma pronta, porque é importante nós irmos até o final desse meu processo com a mais ampla transparência de tudo o que aconteceu, porque o princípio da boa-fé que eu tenho usado na minha tese de defesa não é por uma mera oportunidade, não apenas por um rito de colocar o princípio da boa-fé. É porque foi mesmo uma atitude de boa-fé quando... O Hermínio, ele é um Sociólogo. É meu irmão. Para que ele viesse trabalhar comigo em alguns momentos, inclusive no projeto em que eu consegui tirar da lama pelo menos 500 famílias que morriam todos os anos, perdiam tudo, tinha que ter pessoas de qualidade. Porque, inclusive, no meio dessas 500 famílias, tinha mais 500 que moravam em lugares também baldios, onde a enchente não passava. Era favela. No lugar em que a gente passava tinha uma zona de prostituição. Tinha que ter gente de qualidade para poder conversar, dirimir tudo quanto é tipo de problema que existia e interesses políticos na cidade, que impediam que o projeto fosse realizado. Então, essa relação do trabalho dele na Prefeitura se deu por isso. A qualificação do trabalho do instituto dele, Dataminas, com pesquisas eleitorais, fazendo não só para mim, mas para outros candidatos também, sendo uma empresa pequena, pôde, com certeza, me dar grande auxílio. E, quando foi feita a minha campanha, eu pedi para que ele fizesse as pesquisas de opinião. No momento em que fez, eu não tive condições de pagar. Eu esperava recurso, até porque, quando eu contratei, tinha uma previsão de o PT me passar esses recursos. Tinha essa previsão. *“Pode fazer, que nós vamos passar”*. Mas as coisas não funcionaram como foi previsto. De fato, quando me foi autorizado que eu pegasse os



recursos através da SMP&B, eu pedi que diretamente fosse mandada uma dívida que eu já tinha com ele, precisava quitar, relativa a duas pesquisas eleitorais que eu tinha feito na minha campanha. O que foi feito foi isso. Eu autorizei que fosse mandado direto para a conta dele, e eles processaram esse crédito na conta dele.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, o dinheiro foi oriundo de onde?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Esse dinheiro foi autorizado pelo Delúbio, oriundo da SMP&B.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu tenho mais uma indagação complementar, Sr. Presidente.

Sr. Hermínio, quando a empresa foi contratada, em 2002, foi através de licitação? Ele era Prefeito?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não, o João Magno foi Prefeito no período de 92 a 96.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Certo.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Ele era Deputado em 2002, candidato a reeleição.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando foi feito esse serviço, a empresa foi contratada mediante licitação ou não?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não, porque essa modalidade, Excelência, geralmente ela é feita por uma vinculação técnica e a relação de confiança. Um bom instituto no Brasil... A orientação que de alguma forma os políticos têm é de contratar bons institutos e da relação de confiança. Naturalmente ele tinha confiança no meu trabalho por se tratar de uma empresa que já estava há 8 anos no mercado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o senhor já era dos quadros da empresa quando houve a contratação?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim. Da empresa minha, Dataminas, porque nós...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não, na de 2002?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Dois mil e dois, sim. A minha empresa surgiu em 95, tão logo eu terminei esse procedimento lá na Prefeitura,



desse mandato que ele fazia parte. Em 2002, ele já era Parlamentar. Havia assumido aqui em 99. Dispensa a licitação por se tratar também de um trabalho de notória especialidade.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tire uma dúvida, porque estou um pouco confuso. O senhor disse antes que prestou um serviço como membro de uma empresa.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Em 1995, data em que ele era Prefeito junto a esse projeto de reassentamento financiado pelo Banco Mundial.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, então eu quero me referir a essa época.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele era Prefeito?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Era Prefeito.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A empresa foi contratada através de licitação?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Certamente. Tenho certeza disso.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele pode responder.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Com certeza.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Ele pode responder.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o senhor já era dos quadros da empresa quando houve a contratação?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Não era. Eu fui contratado com esse fim de notória especialização.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim. Então o Deputado podia esclarecer se houve licitação na época, quando ele era Prefeito e contratou a empresa... Como era o nome da empresa?

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Pólis Consultoria.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite, Deputado?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim.



O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Foi contratado e com licitação. Inclusive isso tem a ver com as minhas contas, que foram todas aprovadas, sem ressalva, pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Deputado Thame.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Peço desculpas. Se o nobre Deputado Thame não vai dirigir-se à testemunha, se não tem qualquer indagação a fazer, se o advogado não quiser se manifestar, se for outro o assunto a tratar, poderíamos liberar a testemunha...

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ...ouvindo antes o advogado, se quiser se manifestar.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Agradeço. Realmente não se trata de perquirir a testemunha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - A Presidência do Conselho agradece a participação de V.Sa. De forma gentil, veio prestar uma colaboração aos nossos trabalhos. Agradeço a presença do advogado. V.Sa. está dispensado.

O SR. HERMÍNIO MOURA DE ARAÚJO - Meu agradecimento e um bom dia a todos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O advogado creio que permanece acompanhando a outra...

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Esteja recluso.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Até porque é a testemunha arrolada pela Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o nobre Deputado Thame.

O SR. DEPUTADO ANTONIO CARLOS MENDES THAME - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ouvimos hoje diversas manifestações a respeito do resultado da votação de ontem. Para nós que somos membros do Conselho de Ética a votação de ontem não foi uma votação secreta. Já tínhamos aqui declinado o nosso voto, numa votação aberta. Portanto podemos, com toda a tranquilidade, expor o nosso ponto de vista, sem, com isso, estarmos trazendo, na verdade, uma



posição nova. Estamos reiterando as nossas posições, aqui já declinadas por ocasião da votação, no Conselho de Ética, do relatório que foi ontem julgado no Plenário desta Casa.

Diferentemente daqueles que consideram que ontem ocorreu prioritariamente um ato de camaradagem, consideramos que não foi o que prioritariamente ocorreu. Foi um esforço político e deliberado de criar um precedente, para poder, desta forma, não apenas liberar da perda de mandatos, portanto, inocentar os Deputados que ainda não foram analisados, não foram julgados, mas também para criar, dentro daquela concepção que vem sendo defendida pelo Governo Federal de que crime eleitoral não é crime e que a palavra eleitoral colocada à frente da palavra crime não é apenas um atenuante, é um descaracterizador do crime, e que, portanto, o termo “crime eleitoral” deveria até ser mudado para “contravenção eleitoral”.

Tudo isso faz parte de uma estratégia política definida pelo Governo Federal para conseguir um resultado, que é inocentar não só o Presidente, mas os Ministros, as pessoas que atuam junto ao Governo nesse mar de corrupção que assola o País e que foi denunciado não pela Oposição, mas pelos próprios integrantes da base do Governo.

Queria dizer que a expectativa que temos é de que essa situação possa mudar se houver, realmente, uma reação da imprensa. Não uma reação simples, simplória, no sentido de exigir cassações indiscriminadas, mas no sentido de exigir critérios. Que as votações desta Casa se façam com base em critérios, para realmente podermos dar um azimute, um direcionamento, uma resposta àquilo que vem sendo denunciado, e não apenas um resultado processual, um cumprimento das exigências processuais, que é levar a julgamento e, depois, simplesmente cumprir uma tabela processual.

Era isso que eu queria dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Paulo Vieira Albrigo. V.Sa. foi arrolado pelo Deputado...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Pela Defesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Pela Defesa...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - ... e V.Sa. vai assinar um termo de compromisso. Antes, solicito que V.Sa. o leia, junto ao microfone, por especial gentileza.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Processo nº 08/05. Representação nº 43/05. Representado: Deputado João Magno; Presidente: Deputado Ricardo Izar; Relator: Deputado Jairo Carneiro. Termo de Compromisso. Nos termos do art. 12, Inciso I, do Regulamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, presto o compromisso de falar somente a verdade sobre o que me for perguntado acerca dos fatos relativos ao Processo nº 08/05, Representação nº 43/05, instaurado contra o Deputado João Magno. Sala de Reuniões, em 15 de dezembro de 2005. Paulo Vieira Albrigo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nelson Trad) - Com a palavra o Relator, Deputado Jairo Carneiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Paulo Vieira Albrigo, o senhor, que relação tem, pessoal e profissional, com o Deputado João Magno e desde quando?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, eu conheço o Deputado por cerca de 20 anos. Em mil novecentos e... em 2003, eu passei a trabalhar mais diretamente com ele, na Prefeitura Municipal de Ipatinga. Quando ele se elegeu Prefeito, eu trabalhei como seu chefe de gabinete. Posteriormente ele se elegeu Deputado Federal, em mil novecentos e... em dois mil e... Confundi os números agora. Em 1988, ele se elegeu pela primeira vez Deputado Federal, ele me convidou para ser seu assessor. Sendo reeleito, eu continuei assessor dele até os dias de hoje.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Continua como assessor?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Fica em Brasília ou Minas?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, eu fico no escritório regional do Vale do Aço, sediado em Ipatinga.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Suas funções lá?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Eu gerencio o gabinete regional lá do Vale do Aço e também faço um trabalho na região lá do Caparaó.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Tem filiação partidária?



O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, tenho filiação partidária. Sou filiado ao Partido dos Trabalhadores.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desde quando?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Desde... 1985.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor recebeu alguns recursos?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quais foram?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, eu recebi... Vou pegar aqui, porque senão... Eu recebi 350 mil reais, recursos para campanha.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Quando?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - O senhor quer as datas. Em 05/12/2005, 50 mil reais; em 27/04/2004, 50 mil reais, e no período de campanha para Prefeito, nas 2 últimas semanas, eu recebi 250 mil, perfazendo um total de 350 mil.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe, o senhor falou sobre 50 mil em dezembro de 2003?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em 05/12/2003?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Ah, sim, 2003.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Cinqüenta mil. Depois, abril de 2004, 50 mil.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Aí nós temos 100 mil, não é? Faltam 250, não é? É porque aqui eu tenho um relatório em que consta a referência a 400 mil, que o senhor teria recebido: em 27 de abril de 2004, 50 mil.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, correto.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em 19/08/2003, 50.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não. Esse período não...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em 05 de dezembro de 2003 o senhor recebeu 50 mil, certo?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, certo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em 27 de abril de 2004, 50 mil.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Certo.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E um valor de 250 mil.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Apenas um valor é que consta de um relatório e que o senhor disse que não recebeu.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não, esse não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Teria sido em 19/08/2003?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Então, fica esse número aí que constaria da relação do Sr. Marcos Valério. Não?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não. Eu posso afirmar ao senhor que não...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - De quem recebeu esses recursos?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Como assim? Quem recebeu?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - A fonte. O senhor recebeu de quem? Quem passou esses recursos para o senhor? Foi em conta bancária, foi em moeda corrente?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Foi em moeda corrente. Apenas o valor de 50 mil reais, de 27/04, que foi em cheque.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em 27/04?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - É. O resto foi em moeda corrente.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Foi um cheque. O senhor quem sacou?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, fui eu que saquei.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o cheque assinado por quem?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, não lembro. Não sei quem assinou o cheque.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O relatório aqui, que é uma peça dirigida pelo Deputado ao Tribunal Regional Eleitoral, diz que esse dinheiro foi oriundo da empresa 2S Participações Ltda.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim. Eu me dirigi até à Agência SMP&B, para pegar lá esse recurso. Chegando lá, eles me deram esse cheque e me pediram que me dirigisse até o banco. Eu fui até o banco e resgatei esse valor.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor teve o cheque em sua mão?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não. Assinei, endossei, assinei atrás do cheque.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sim, mas observou que o emitente era essa empresa?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Era essa empresa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É, porque o senhor disse que não estava lembrado.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não. Era. Eu assinei atrás do cheque.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E os outros valores foram oriundos de onde, de quem?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, todos esses valores aí, quando eu me dirigi até a agência para pegar esse dinheiro aí, eu fui lá orientado pelo Deputado João Magno, em conversas que ele tinha feito junto ao tesoureiro nacional do partido.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas não prestou atenção de que origem era o dinheiro, de que organização, de quem? Porque também o mesmo documento firmado por ele, pelo seu advogado, ao TRE diz que foi da SMP&B o valor de 50.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, o local onde eu ia era na SMP&B. Agora, a origem do dinheiro é da Direção Nacional do partido, porque era um dinheiro vindo através de conversas, de solicitação que o Deputado tinha feito até ao tesoureiro nacional do partido. Para mim, a origem é de lá.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas é o próprio Deputado quem declara, nesse alentado documento ao TRE de Minas Gerais, que aquele valor proveio da SMP&B, o de 5 de dezembro de 2003. E os 250 mil reais, qual a origem?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - A origem dele? Foi um dinheiro também autorizado pelo tesoureiro nacional do partido.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor recebeu aonde esse dinheiro?



O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Eu recebi na sede da SMP&B.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Foi em espécie?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Foi em espécie.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Houve também endosso de cheque?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não. Eu apenas assinei um recibinho lá de como estava pegando esse dinheiro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o recibo dizia quem estava passando o dinheiro? Você tem cópia do recibo guardada?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não tenho. Isso ficou na empresa. Eu só assinava.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Para que esses recursos?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Esses recursos eram para pagar a dívidas de campanha de 2004, a campanha de Prefeito. Nós tínhamos uma coligação lá de 8 Partidos, e chegou um determinado momento da campanha em que os recursos ficaram escassos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Todos os recursos foram para pagar despesas da campanha de 2004?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Esses 250 mil, todos eles foram para pagar despesas da campanha de 2004.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E os outros?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Os outros foram para pagar despesa da campanha de 2002. O de 2003 foi para pagar a campanha de 2002. E esses 50 mil reais da campanha de 2004, esses 50 mil reais de 27 de abril, esses foram para pagar dívidas de uma prévia eleitoral que a gente tinha disputado, uma disputa interna que tem no partido, para definir quem seria o candidato a Prefeito. E o tesoureiro nacional — conversa também que o Deputado pediu esse dinheiro a eles para nos auxiliar nessa disputa interna do partido —, ele liberou esse dinheiro e o Deputado pediu que eu fosse até a agência e pegasse.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor pegou esses recursos e passou para o Deputado?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Fez o quê?



O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Eu mesmo fazia os pagamentos aos credores.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas o senhor depositou em sua conta?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Guardou em casa?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não. Aliás, nem chegava a ir à minha casa. Já chegava, já ia...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o senhor efetuou os pagamentos?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - ... para o local e efetuava pagamentos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em cheques ou em moeda corrente?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Às vezes não dava para fazer todos os pagamentos no mesmo dia. Então, eu tinha de ter um local seguro para guardar. Às vezes aconteceu, sim, de levar para casa em alguns momentos.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas os pagamentos o senhor efetuou em espécie?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Em espécie, porque o dinheiro era em espécie.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não depositou?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não, não. Em momento algum.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O dinheiro que o senhor recebeu em abril de 2004, 50 mil reais, foi gasto quando?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, a prévia foi realizada no dia 18 de abril. Eu tenho que ver nos documentos aqui, mas foi mais ou menos... Foi pelo dia 27. Logo em seguida, a gente já começou a fazer os pagamentos a quem a gente estava...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor tem os comprovantes desses recibos?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Tenho, tenho. Estão aqui.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Estão disponíveis?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - À disposição. Sim.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Esse documento está aí disponível para o Conselho?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Está.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Lembra que tipo de serviços foram pagos com 50 mil?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Com 50 mil? Olha, foram pagos camisas, serviços gráficos também.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Teremos, então, disponível?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, isso está disponível.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite, Deputado, mostrar que estão tão claras no mapa as camisas, as coisas que foram gastas na prévia?

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - O senhor me permite falar com o senhor, Deputado? É porque na defesa juntada junto ao Conselho de Ética e também na prestação de contas ao TRE, todos esses documentos foram carreados. Inclusive, existem planilhas identificando a que se referem esses documentos. Com relação a esses recursos de 50 mil reais, juntamos, inclusive, os documentos que foram produzidos, parte dos documentos que foram produzidos, utilizando esses recursos. Estão todos eles no processo, junto ao Conselho de Ética. E, se o senhor quiser, também temos condições de apresentar ao senhor os originais.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Os documentos totalizam o valor de 50 mil?

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, senhor. Sim, senhor. Se o senhor, depois, tiver oportunidade, Deputado Jairo Carneiro, existem as planilhas que estão devidamente relacionando cada documento com o que foi pago e qual é o prestador do serviço.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu pediria...

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Vou pedir ao Dr. Olinto, o outro advogado, para mostrar ao senhor mais ou menos aonde está.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pode depois anotar as páginas e a Consultoria que está me dando assistência fará uma avaliação melhor.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, senhor.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Em referência também aos 250 mil, o senhor se lembra em que gastou?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, os 250 mil foram vários pagamentos, foram pagamentos diversos. Pagamos serviços de sonorização, carro de som na rua. Pagamos serviços às pessoas que faziam panfletagem na rua, serviço gráfico também. Foi todo tipo de serviço prestado numa campanha majoritária de Prefeito.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor era o coordenador da campanha?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim. Eu era o Presidente do Comitê Financeiro da Campanha.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor já tem experiência de outras campanhas?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não. Nessa parte de finanças de campanha, essa foi a primeira. Essa foi a primeira. Já trabalhei em outras campanhas, mas desenvolvendo outras funções.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor, como Coordenador Financeiro, cuidava de arrecadar recursos e também era responsável, solidariamente com o Deputado candidato, com a prestação de contas.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E o senhor sabe que existem as exigências legais. Esses recursos não foram escriturados, não foram contabilizados, não se respeitou, à época, a exigência legal na movimentação desse dinheiro. O que o senhor diz sobre isso?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sr. Deputado, essa foi uma preocupação nossa, desde o início, com esses recursos, porque teria que ter emitido o bônus. Mas, a primeira vez que eu fui até a Agência SMP&B para pegar esses recursos, eles me disseram que esse era um acerto que a gente tinha que fazer com o tesoureiro nacional do partido. Eu comuniquei ao Deputado sobre que nós estávamos tendo esse problema legal. No momento em que eu liguei para ele, eu me lembro que ele imediatamente ligou para o Sr. Delúbio, que era o tesoureiro nacional do partido, cobrou dele um documento de comprovação, e ele ficou de



passar esse documento. Mas aí eu não sei por que, o que estava acontecendo, esses documentos nunca vinham. E eu, em outros momentos, voltava a cobrar do Deputado. Eu via também que o Deputado estava cobrando do tesoureiro nacional, insistentemente, o documento de origem desse dinheiro. E o senhor pode ver, através desse documento na defesa aí, que a nossa intenção de prestar contas para tornar isso uma coisa legal é que fez com que guardássemos todos os recibos, notas promissórias, essa coisa toda. Depois de muita insistência mesmo, depois que aconteceu toda essa problemática que estamos vendo no País, o Deputado apertou mesmo, aí foi que ele deu um documento de origem, dizendo que ele liberou para a gente pegar esses recursos na agência.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Acho que isso já é fato passado.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Pois é, mas assim que nós tivemos acesso a esse documento, foi feita a prestação de contas suplementar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor tinha consciência de que estava no campo da ilegalidade?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Tinha consciência. Eu sabia... sabia... o problema foi a origem do dinheiro, que não nos passava o documento. Mas penso que nós estamos corrigindo essa anomalia com a prestação de contas complementar.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor conhece essa empresa Confecção Ideal, de Ipatinga?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Confecção Ideal... sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Prestou serviços à campanha do Deputado João Magno?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não sei se prestou serviços, não me lembro.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas não era o senhor que administrava essa parte?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas não o sabe?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, porque teve empresa lá que prestou serviço muito pequeno, aí a gente não lembra, a gente lembra das maiores.



O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Existem outras empresas que ficaram sem receber pagamentos da campanha?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O senhor poderia dizer aí umas 4?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, deixa eu explicar para o senhor: quem ficou sem receber na prestação de contas oficial, porque a gente termina a campanha e tem um prazo legal para fazer a prestação de contas...

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu não falo sobre a prestação de contas oficial, eu falo sobre o real.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Pois é, isso mesmo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Os gastos reais e os débitos que restaram.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Pois é. Na prestação de contas oficial, consta débito, ficou débito, e está na prestação de contas oficial, conforme tem documento aí.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Lembra-se de algumas?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não. Agora, no momento, aqui, não.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite lembrar de duas empresas que ficaram com crédito, Sr. Deputado Relator?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Desculpe, eu não estava atento.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite dizer pelo menos uma empresa para quem ficamos devendo? Empresa de Publicidade Patty, a campanha ficou devendo, e estamos ainda lutando para ver se arrumamos recursos para poder cobrir.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E, no caso, essa consta da prestação de contas?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Consta da prestação de contas.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Mas o senhor sabe se existem outras que ficaram com créditos, cujos débitos não figuram na prestação de contas?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Não. A verdade é que costuma aparecer gente reclamando que teve um ou outro gasto, que usou o carro para aquilo, mas



não reconhecemos que esses débitos existam, que, por parte da campanha, realmente haja uma dívida. Reclamações sempre existem.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Esta empresa, Confeccção Ideal, ficou com créditos?

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Essa foi a que o Charles fez o pagamento. Quanto a essa, foi feito o pagamento e resolvido.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - É porque eles dizem, aqui, numa mensagem que recebemos, que ficaram a receber e que o valor é de certa expressão.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O Sr. Antônio José Custódio Neto deve ser o titular, tem aqui o CNPJ.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite? Existe, depois de uma campanha eleitoral em que o candidato perde as eleições, um tanto de reclamações de pessoas que prestaram serviços com as mais variadas expectativas e que, inclusive, não têm nenhuma prova de que exista algum débito por parte do candidato, da campanha, da oficialidade da campanha para com elas, que se colocam. Além disso, há empresas que fazem um jogo político corriqueiro na tentativa do desgaste. Isso existe. Até hoje na minha cidade, sou alvo disso. Constantemente levam-me para a imprensa.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu creio que isso exista, mas o senhor corre o risco de que ele possa ter elementos concretos, documentos que mostrem cabalmente que existem débitos de campanha. E, eventualmente, se esses débitos não figuram na prestação de contas oficial, podem trazer-lhes algumas implicações.

O senhor declara que não deve nada a essa empresa? Porque ele diz que deve.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - O que devia foi pago. Eu, como candidato, não devo nada. E provarei em qualquer instância que não devo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Indago ao advogado se pretende fazer alguma pergunta.



O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Excelência, as perguntas que o Relator fez, algumas delas, estavam relacionadas aqui, no meu rol de perguntas a fazer, e já foram atendidas. Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Orlando Fantazzini com a palavra.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Paulo Vieira, o senhor foi o Presidente do Comitê Financeiro?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Foi a primeira vez que o senhor desempenhou essa atividade...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ... de trabalhar com as finanças da campanha da candidatura a Prefeito do Deputado João Magno.

O senhor disse que 50 mil reais foram gastos na prévia interna do partido.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Deputado disputou com quem?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, ele disputou com o candidato... Deputado Ivo José.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O Deputado Ivo José também é do PT ou não?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - É do PT.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É do PT.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - É.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer que o partido ajudou os 2: deu 50 mil reais para o Deputado João Magno e 50 mil reais também para o Deputado Ivo José?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Bem, eu não posso... eu não tenho essa informação.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor não sabe?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não sei.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas a prática do partido não é fazer tratamento diferenciado entre um e outro membro do próprio partido.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - É, eu acredito que sim, que a prática tem que ser essa.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor acredita que sim. E a campanha, pelo jeito, foi acirrada, porque 50 mil reais numa prévia é porque a disputa...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Foi muito.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor sentiu que o outro candidato também tinha o mesmo potencial de material, de camiseta, de panfleto que o Deputado João Magno?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Tinha sim. Foi uma disputa muito igual num universo de 7 mil filiados. E a diferença final foi de 64 votos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Quer dizer, o pressuposto pelo acirramento é que os 2 tiveram um bom apoio da Direção Nacional do partido para fazer uma disputa equilibrada, honesta, justa, quer dizer, 50 mil aqui, 50 mil ali, até porque, pelo o que senhor está dizendo, foi bem acirrada.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Foi, foi muito acirrada.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Foi bem acirrada.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Foi a mais, porque o partido sempre tem as prévias. E foi a disputa mais acirrada que já tivemos lá nesses 16 anos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Provavelmente o Deputado Ivo José deve ter lançado os recursos que recebeu porque o nome dele não apareceu.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não sei, não posso informar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não sabe.

O senhor disse que estava preocupado: havia dívidas, o dinheiro entrou, mas não tinha como lançá-lo. O senhor tomou a cautela de ir ao Tribunal Regional Eleitoral ou ao juiz da Comarca, na sua cidade, para conversar com o juiz eleitoral como deveria proceder em situações dessa natureza?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, Sr. Deputado, nós não fizemos isso, não.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor não tomou as cautelas de...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não. Não tomamos porque estávamos aguardando, a qualquer momento, a chegada desse documento. E a prestação de contas, após o encerramento do pleito eleitoral, a gente tem até 30 dias para prestar contas.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI – Isso.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - O senhor pode ver nos documentos que foram apresentados aí que a nossa conta foi prestada no último dia, exatamente esperando...

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor viu alguma norma, então, dentro da legislação eleitoral que o levou a crer que o senhor precisava de um documento garantindo a origem do dinheiro?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor poderia citar qual é a norma?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Qual é a norma?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - É, o senhor disse que viu essa norma. Eu queria saber...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, é o seguinte: o que eu sei, eu não tenho condição de dizer aqui agora, é que de todo recurso que é feita captação dele você tem que emitir o bônus.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas por que o senhor não emitiu para o Diretório Nacional do PT, que era, segundo o senhor declarou aqui... O senhor disse o seguinte: *“O Deputado João Magno solicitou que eu fosse na SMP&B buscar recursos porque eram recursos do Diretório Nacional”*. Por que o senhor não emitiu um recibo para ter, inclusive, condições de fazer o lançamento? Por que o senhor não emitiu o bônus eleitoral de 350 mil? Doador: Diretório Nacional do PT.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Deputado, nós estávamos aguardando. O Deputado tinha cobrado isso do Sr. Delúbio Soares.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não, não, não, a pergunta é outra.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Nós estávamos aguardando a orientação dele de como providenciar, de como acertar isso aí.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - A pergunta é outra: o senhor acabou de declarar que a norma eleitoral diz que de todo ingresso de recursos tem-se que emitir bônus. O senhor sabia a origem, o senhor recebeu dinheiro, por que o senhor não emitiu o bônus? Essa é a minha pergunta. Não estou perguntando do Delúbio, nada. O senhor tinha conhecimento disso, o senhor declarou agora que tinha. Então o senhor foi lá, buscou dinheiro; o senhor declarou aqui que sabia da origem, que era do Diretório Nacional do PT. Por que o senhor não lançou então? O senhor tinha dúvida sobre a origem do dinheiro então?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Nenhuma, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então por que o senhor não lançou?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não tinha dúvida nenhuma. A gente, quando emite o bônus eleitoral, o doador tem que assinar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não necessariamente.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Pelo que me consta, ele tem que assinar.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não necessariamente.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Entendeu? Se não, eu posso emitir um bônus. Eu posso pensar, estou com dinheiro aqui, vou emitir um bônus para a empresa tal.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Desde que o senhor tenha o CNPJ...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Pois é, mas o CNPJ é fácil conseguir. O doador tem que assinar o bônus.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor emitiu ao menos o bônus?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não emiti, não emiti.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então não tinha nem como o doador assinar, porque, sem a emissão do bônus...



O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, é porque estávamos aguardando a como proceder a isso, de acordo com a orientação do tesoureiro nacional.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas o senhor sabia que, ainda que o senhor tivesse que coletar a assinatura do doador, o senhor tinha que emitir o bônus?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim, sim. Isso eu sabia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - O senhor não emitiu o bônus?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não emiti.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Portanto, da sua parte também, a justificativa é que estava esperando alguém informar qual era a origem e assim por diante. Agora, o senhor também sabia que poderia lançar despesas de campanha, restos a pagar, que acabam sendo de responsabilidade do Diretório.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor também não lançou.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Lançamos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Ué, e por que não...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Lançamos.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E essas despesas que foram feitas e não foram lançadas à época?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Olha, teve uma parte que nós lançamos. Essa parte desses recursos no valor de 250 mil reais, nós não lançamos, aguardando a regularização da origem desse dinheiro. Por isso, nós não lançamos. Agora, houve dívida que nós lançamos, sim.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas se o senhor tem prazo, se a lei eleitoral concede-lhe um prazo, o senhor deixou para o último dia, por que o senhor lançou uma dívida e a outra não? Ambas eram dívidas, ambas. Uma, o senhor lançou e jogou para o partido, e a outra o senhor deixou em *stand by* para saber se quem sabe um dia aparecesse...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, deixe-me explicar para o senhor.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - ... ou seja, se não aparecer o escândalo, não lançamos nada.



O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, não. Não foi isso.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não foi isso?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não foi isso. A dívida que nós lançamos era do que realmente não tínhamos recursos para pagar. O equivalente a esses 250 mil reais, esses nós pagamos, esses nós pagamos. Mas nós não tínhamos o documento de origem.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então vocês pagaram algumas, porque teve um cidadão, que prestou depoimento antes do senhor, que demorou 11 meses para receber pelos serviços prestados. E o dinheiro já tinha... Socorra-me agora aqui o Relator, Deputado Jairo Carneiro. Foi isso, ou entendi mal? Ele prestou serviço, deu quitação, a testemunha anterior, e só foi receber 11 meses após. É isso que foi declarado?

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - O senhor me permite esclarecer?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Não. Eu estou perguntando para a testemunha. Depois, o senhor vai ter oportunidade de fazer suas perguntas.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sr. Deputado, isso foi da campanha de 2002.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, mas estou dizendo: houve quem prestou serviços e só recebeu 11 meses depois. Quero entender qual é a diferença: uma vez que o senhor queria fazer as coisas todas dentro da legalidade, não havia impedimento algum de que o senhor fizesse o lançamento das despesas pagas e que, segundo o senhor, precisavam de um documento. Eu queria saber onde está, na resolução do TRE, dizendo que é obrigatório receber um documento dizendo qual é a origem dos recursos. Não existe isso, e todo mundo está se apegando a esse discurso que não tem fundamento nenhum na legislação. Mas o senhor provavelmente foi orientado a dizer isso e o está fazendo. Agora, a legislação é clara: as dívidas ou os pagamentos — e principalmente, nestes casos, pagamentos efetivados e sem origem — poderiam ter sido lançados como despesa, dívidas a pagar...

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Não, aí eu seria incoerente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor foi coerente? O senhor foi coerente?



O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sr. Deputado, se eu fizesse isso, lançasse aquilo que eu já tinha pago como dívida a pagar, eu seria incoerente.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - E o senhor foi coerente em não lançar?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Eu fui.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Foi?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Eu fui coerente porque eu não tinha o documento de origem. Como eu poderia lançar isso na prestação de contas oficial?

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas me diz onde diz que há necessidade de documento de origem.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Na prestação de contas oficial, toda despesa tem que ter o lastro, tem que ter a comprovação da origem do dinheiro que foi pago.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas só não teve porque o senhor não emitiu o bônus.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Eu não emiti o bônus exatamente porque estava esperando orientação do tesoureiro nacional. E, várias vezes, eu vi o Deputado ligando para ele e cobrando: *“Delúbio, nós precisamos acertar isso, precisamos acertar isso”*.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas o senhor não sabia que os recursos eram do Diretório Nacional?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sabia.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Então por que o senhor não emitiu o bônus e encaminhou para o Diretório Nacional, já que o senhor insiste que tem que ter a assinatura do doador, para que ele fizesse a assinatura?

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sr. Deputado, ele era a maior autoridade financeira do partido naquele momento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sim, um motivo a mais.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Então qualquer movimentação que eu fizesse tinha que ser com a orientação dele, com o aceite dele: não, manda o bônus para cá. Em momento algum ele fez isso. E o Deputado ligando para ele, e ele dizendo que iria mandar um documento comprovando a origem.



O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas esse documento não vale. Esse documento que foi juntado, desculpe-me, não tem valor nenhum, porque o valor é o bônus, e o senhor não fez. Não, para mim, já está claro: o senhor não emitiu o bônus, o senhor diz que tem segurança de que o dinheiro era da Direção Nacional, mas não emitiu o bônus, ficou esperando e deixou agora, obviamente quando estourou a situação, para regularizar. Estou satisfeito, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PAULO VIEIRA ALBRIGO - Sr. Deputado, mas na prestação de contas complementar consta esse documento de origem.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - V.Exa. me permite a palavra, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO JOÃO MAGNO - Ilustre Deputado Orlando Fantazzini, metuculoso nas suas indagações, penso que, do ponto de vista da própria legislação, não é um assunto resolvido o tema que V.Exa. traz. Até coloquei isto no meu depoimento: na nossa visão, é fundamental que, realmente, quando a pessoa emite um bônus, que ele seja assinado, de acordo com os parâmetros que observamos até em outras campanhas em Minas Gerais. Agora, não sei se é uma regra adotada em todo o Brasil dessa maneira, se a interpretação é feita dessa forma. E é um fato que, pelo menos por duas vezes, liguei para o Delúbio, apertado. Não vou dizer que não há culpa nisso. Da minha parte, não estou assimilando uma culpa para mim, não. Ele disse: *“Esse é um problema que não é para resolver só para a sua campanha, tem outros candidatos também em situação semelhante, e você espera que nós vamos resolver”*. Então, nessa espera, é isso que penso que o Paulo tentou transmitir. Não tinha como chegar lá e obrigá-lo a legalizar, a assinar até o bônus que o Paulo poderia propor. Nós ficamos nessa dificuldade. Nós éramos, de alguma maneira, realmente subordinados a um secretário de finanças do PT Nacional. Essa foi a fragilidade que tivemos no momento.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Mas, se me permite, também não houve a iniciativa, por parte da presidência financeira da campanha, sequer na emissão do bônus. Por quê? Porque, ainda que o Sr. Delúbio se recusasse a



assinar, hoje V.Exa. teria a prova de que houve o desejo e a vontade de fazer a coisa dentro da legalidade. Ao menos isso restaria provado hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente, eu peço desculpa. Eu não vou inquirir porque eu não acompanhei o depoimento dele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Certo.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu fui chamada na CCJ porque um projeto meu estava sendo votado e eu fui dar alguns esclarecimentos aos Deputados para terem compreensão na votação. Eu peço desculpa, mas eu vou abrir mão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Obrigado, Deputada. Eu convido o Dr. Washington Valente a se pronunciar, se quiser fazer alguma pergunta.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Wellington, perdão.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sr. Presidente, com relação a perguntas, a defesa está satisfeita com o depoimento prestado pela testemunha arrolada. Para nós é crucial esclarecer os fatos que aconteceram à época da realização das campanhas. Então, da parte da defesa, nós estamos satisfeitos com o que já foi apresentado ao Conselho.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado Jairo.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Pode ceder a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dr. Wellington, por favor.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Aquela petição que eu fiquei de trazer para o senhor, eu já pedi à assessoria, que já está trazendo para eu entregar ao senhor, informando aqueles valores.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Valores, gastos de campanhas?

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Isso. Sim, senhor. Porque ficou acertado que o Deputado lhe passaria.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Exatamente.



O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Mas, como eu pedi para que fosse levantado junto à Justiça Eleitoral, a assessoria já está me trazendo, e eu passo ao senhor antes... O senhor já vai encerrar, Sr. Presidente?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Não. Eu peço licença. V.Exa. fará a entrega à Secretaria do Conselho...

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, senhor. Vou fazer logo após a sessão aqui.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - ... e receberemos cópia.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Eu gostaria de pedir a V.Exa. que solicite do representado e do seu advogado que se incumbam de providenciar o comparecimento das demais testemunhas da defesa. Esse, ficou estabelecido, é um ônus da defesa. Para que não se argua amanhã prejuízo. Eu sugiro a V.Exa. que, havendo a convocação extraordinária — creio que a essa altura já definida —, possam ocorrer essas presenças na primeira semana da convocação, em janeiro, provavelmente a partir do dia 16, porque creio que nós estaremos concluindo a instrução probatória com a oitiva dessas testemunhas da defesa. Eu também gostaria, Sr. Presidente, nobres colegas, de fazer um brevíssimo registro sobre esse sentimento de indignação que paira aqui neste Conselho a respeito da deliberação, que é soberana, do Plenário da Casa, e temos de respeitar. Eu me associo às manifestações dos nobres colegas, mas com uma ressalva. O Conselho não foi derrotado. O Conselho cumpriu o seu dever com a Nação com absoluta responsabilidade, seriedade e imparcialidade. E creio que esse trabalho tem merecido os justos encômios da sociedade brasileira. A decisão do Plenário deverá ser alvo do julgamento da sociedade. Se se entender que não obrou bem, o Plenário haverá de pagar um preço por isso. Os que aqui pública, explícita e abertamente se posicionaram na decisão proferida e que mantiveram suas posições no voto secreto — e eu me incluo entre esses —, nós estamos nos colocando ao juízo claro da população brasileira. Aqueles que, sob o manto da proteção do sigilo do voto — e por isso será importante que possa ocorrer uma alteração... Seria uma garantia



fundamental da democracia política, mas já se rompeu essa tradição no julgamento de Presidente da República, e deveríamos também fazê-lo em relação ao julgamento de Parlamentares, para que cada um exponha a sua voz e o seu voto e que cada cidadão brasileiro faça a sua avaliação, e cada eleitor também decida nas urnas o destino de qualquer Parlamentar. Eu estou solidário com o trabalho notável que V.Exa. realiza e com absoluta seriedade de todos os membros do Conselho, que, mesmo divergindo de modo fundamentado, assumem posição diversa. Aqui nós não estamos para condenar nem para absolver, mas para agir segundo a formação de uma convicção com base nos elementos probatórios dos autos de cada processo. E temos de respeitar mutuamente um ao outro. Mas sendo fundamentado aqui, nós respeitamos o voto proferido por quem quer que seja. Mas no voto secreto, dá-se ensejo a todas as especulações que estão acontecendo, e que vão proliferar, sobre entendimentos, acordos e toda forma de acertos e concertos que podem prejudicar a imagem, a credibilidade da instituição. Mas deste Conselho, não, porque nós estamos zelando com muita decência. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Orlando Fantazzini.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Sr. Presidente, é só uma questão. Consulto inclusive o nobre Relator se houve já solicitação por parte de V.Exa. Nós temos até adotado a prática de solicitar o encaminhamento da deliberação do partido do limite de gastos com a campanha. Já ocorreu?

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - O nobre advogado está entregando hoje todas essas informações.

O SR. DEPUTADO ORLANDO FANTAZZINI - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - Inclusive dos gastos do Deputado João Magno, também.

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, vai ser entregue a informação com relação ao limite estabelecido e quanto foi gasto, tanto na campanha de 2002 quanto na campanha de 2004.

O SR. DEPUTADO JAIRO CARNEIRO - E os débitos também, que restaram?

O SR. WELLINGTON A. VALENTE - Sim, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, antes de suspendermos a sessão, quero lembrá-los que às 14h30min nós vamos ter a oitava do Sr. Senador Sibá Machado e do Deputado Nilson Mourão, que são testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Pedro Corrêa. Então, às 14h30min em ponto nós vamos começar essas duas oitavas.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Ótimo, vamos continuar o trabalho, um breve intervalo. Mas, por falar em trabalho, quero fixar uma posição aqui. Nós estamos num processo de ensaio e erro. Aprendemos em cada processo. Os nobres advogados de todos os representados aqui têm nos dado lições de embate e combate jurídico muito qualificado. E ontem me preocupei com uma afirmação dúbia ainda, sem convicção, do nosso querido Presidente Aldo Rebelo. S.Exa. disse que ainda não havia definição quanto ao período da convocação extraordinária do Congresso Nacional, mas que poderia prolongar esta Sessão Legislativa de 2005 até a semana que vem, ou mesmo a outra, para que o Conselho, e tão-somente o Conselho, trabalhasse. E o Orçamento. Parece que não há acordo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - E a CCJ.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Entendo que é uma temeridade. Nós ficaremos desamparados juridicamente, nós perderemos um escudo fundamental quando atuarmos, exceto em funções meramente internas e administrativas do Conselho, sem o pleno funcionamento do Congresso Nacional. Portanto, tomar depoimentos, fazer sessões do Conselho sem que os representados possam, de imediato, recorrer à CCJ, recorrer à Mesa mesmo, buscar alguma questão de ordem em plenário, como já aconteceu em vários processos aqui, é uma temeridade, é uma fragilidade. Se eles estão com dificuldade para arrumar pauta para o Plenário da Casa, é problema de quem se empenhou por essa convocação, extraordinária em todos os sentidos da palavra. Os problemas extraordinários são deles: dos Líderes, do Presidente da Câmara, do Presidente do Senado, do Presidente do Congresso Nacional, que paradoxalmente declarou que "*O Senado foi uma maravilha de produtividade; estava com tudo em dia*". Portanto, os Senadores ganharão um abono de Natal, também posterior, porque não têm o que fazer, parece. O Conselho



de Ética — quero firmar essa posição e submetê-la aos meus Pares — não deve cair na armadilha de fazer reuniões externas de oitivas sem o pleno funcionamento da Câmara dos Deputados. Vou afirmar: isso prejudica, sim, a defesa. E isso já foi argüido várias vezes. Então, vamos ponderar isso junto ao Presidente Aldo, para que nós não sejamos inclusive justificativa de trabalho para outros que não querem trabalhar, querem ter aí um mês de férias, e depois ganhar o adicional. Não vamos ser bobos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputado José Carlos Araújo.

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - A preocupação do Deputado Chico Alencar é pertinente. Mas quero tranquilizar o Deputado Chico Alencar que isso é matéria vencida. Pelo que nós já sabemos aí, o Senador Renan Calheiros resolveu encerrar os trabalhos hoje — marcou já o encerramento —, e nós não temos outro caminho. O Deputado Presidente desta Casa não tem outro caminho a não ser também encerrar os trabalhos desta Casa. Parece-me que já marcada para as 16 horas a sessão solene de encerramento dos trabalhos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - E o Orçamento?

O SR. DEPUTADO JOSÉ CARLOS ARAÚJO - Não, também da Casa. Também da Câmara dos Deputados. O Orçamento deverá ser votado na extraordinária, porque a proposta era prorrogarmos, na verdade. O que o Presidente disse é que queria prorrogar a Sessão Legislativa até o dia 28, 29, e aí ficariam funcionando... A Casa funcionaria no todo. Podia até não ter sessão deliberativa, mas ficaria toda a Casa prorrogada até 28, 29. A CCJ também, toda a Casa. E o Orçamento andaria, avançaria, para ficar pronto para ser votado nos primeiros dias da sessão extraordinária, o que não vai acontecer. E o Orçamento, que também não tem nem os seus relatórios preliminares prontos, nada disso, vai parar também hoje, e retornaremos provavelmente no dia 16. Então, quanto à preocupação do Deputado Chico Alencar, essa é a última notícia que nós temos. Ontem, antes, quando o Presidente Aldo Rebelo estava na dúvida do que fazer, o Presidente do Senado já anunciava o encerramento dos trabalhos do Senado. Como só podem funcionar as duas Casas, não teve outro jeito. Muito obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Srs. Deputados, antes de encerrar, repito: às 14h30min, em ponto, oitiva do Senador Sibá Machado e do Deputado Nilson Mourão, neste plenário.

Está suspensa a reunião.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Declaro reaberta a 75ª reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Deputados.

Esta reunião foi convocada para tomada de depoimento do Sr. Senador Sibá Machado e do Deputado Nilson Mourão, testemunhas arroladas pela defesa do Deputado Pedro Corrêa no Processo nº 13, de 2005 (Representação nº 50, de 2005).

Comunico ainda que está presente o advogado do Representado, Dr. Floriano Dutra Neto.

Tenho um ofício do Deputado Nilson Mourão pedindo escusas por não poder comparecer hoje. Vamos marcar para outra data.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tanto o Deputado Nilson Mourão como o Dr. Paulo Goyaz, advogado, já pela terceira vez declinam do convite em razão de compromissos outros perfeitamente compreensíveis. Mas temos uma orientação, dada por V.Exa. neste Conselho, que, na segunda data em que for agendada com o não-comparecimento, o Representado será tão-somente comunicado de que a testemunha não será mais ouvida.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Exatamente.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Tão-somente em respeito ao princípio da ampla defesa é que concordei que fossem novamente intimados, para o início do mês, na sessão extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Vamos comunicar oficialmente ao Deputado Pedro Corrêa.

E, para o bom andamento dos trabalhos, os procedimentos a serem adotados para esta reunião serão os seguintes: darei primeiro a palavra ao Deputado Carlos Sampaio, que é o Relator do processo, para suas indagações, posteriormente



convidaremos os Deputados inscritos e, ao final, o advogado do Deputado Pedro Corrêa para fazer as perguntas.

Com a palavra, inicialmente, o Deputado Carlos Sampaio, Relator do processo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Senador, boa-tarde, Sr. Presidente, ilustre advogado, Srs. Conselheiros, inicialmente, até por praxe deste Conselho, solicito a V.Exa. algumas informações no tocante à sua nacionalidade, estado civil, profissão, e sobre o tempo em que o senhor é Senador e o partido pelo qual foi eleito.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sr. Presidente, Deputado Ricardo Izar; nobre Relator, Deputado Carlos Sampaio; nobre Deputada Angela Guadagnin, senhoras e senhores, para mim, é um prazer ter vindo a esta Comissão, ao Conselho de Ética, para ajudar no que puder no esclarecimento dos fatos que acho que todos nós estamos aqui coletivamente buscando elucidar. Sr. Relator, meu nome é Sebastião Machado Oliveira, o apelido é Sibá Machado, nome parlamentar. Assumi a vaga da Ministra Marina Silva, Senadora reeleita em 2002, a partir de fevereiro de 2003; estou completando o terceiro ano de mandato. Sou geógrafo, formado em Geografia, mas, como profissão mesmo que admito é a de agricultor, trabalhador rural.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Muito obrigado.

O senhor poderia nos descrever como foram ou como se desenrolaram as negociações para que o PP se incorporasse à base do Governo e quais foram os principais personagens dessa vinda do Partido Progressista para a base do Governo?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Eu não posso informar, porque eu nunca participei de reuniões no campo nacional. De todos os interesses nacionais do PT, eu não tinha conhecimento; só me limitava ao Estado do Acre, do qual eu era Presidente Estadual.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Pois não.

O senhor é Presidente do PT do Acre?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sim, continuo. Fui reeleito agora para o segundo mandato.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Como Senador do Acre, o que o senhor poderia nos dizer quanto à eventual dificuldade para formação da base do Governo aqui, tendo em vista o enfrentamento que havia entre o PT e o Partido Progressista no Acre? Se houve alguma interferência, como se deu essa relação?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Na verdade, nunca ninguém da direção do PT ou mesmo aqui da bancada nos procurou para qualquer entendimento a respeito de Parlamentares do nosso Estado, nem para um tipo de coisa nem para outra. Digamos, para qualquer negociação, em qualquer espécie de negociação. Então, a nossa conversa se limitou ao interesse do PT do Acre com o PP sobre problemas lá do nosso Estado.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Como eram e como são hoje as relações do Partido Progressista com o Partido dos Trabalhadores no Acre?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Eu digo que não mudou praticamente nada. O PP e o PT lá continuam praticamente da mesma maneira, nada se alterou.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor conhece o Sr. Marcos Valério e o Sr. Delúbio Soares?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - O Delúbio Soares, sim, Tesoureiro Nacional do PT, desde que estou no PT. Conheci ele ainda na época da CUT. O Marcos Valério só pela imprensa, depois que apareceu essa história toda.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tem conhecimento de que o Sr. Delúbio teria operado ou participado dessa vinda do Partido Progressista para o Partido dos Trabalhadores, desculpe-me, para a base do Governo?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não, não. Isso não. Ainda mais porque a minha relação com o Delúbio é muito áspera. Nunca fomos muito civilizados entre nós 2.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor sabe se houve transferência de recursos do PT, Partido dos Trabalhadores, para o PP, e a que título houve essa transferência e por quem foi autorizada?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - A única informação que eu tenho é pela imprensa, a história dos 700 mil reais, mas eu tomei conhecimento pela imprensa. Eu reitero que, dos assuntos nacionais, eu não tinha nenhum conhecimento.



O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor, então, não saberia dizer qual foi o papel do Deputado Pedro Corrêa nessa solicitação de recursos ao Partido dos Trabalhadores, nem para que fim?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não, não posso ajudar porque não tenho nenhuma informação.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Também não saberia dizer como se operacionalizavam essas transferências de recursos para o Partido Progressista?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Fiquei chocado com o que vi na mídia. Absolutamente não tinha informações.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor também não saberia informar, acredito eu, a origem desse dinheiro que veio para o PP?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não. Nem do PP, nem de nenhum outro dinheiro depois desse escândalo todo.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - O senhor tomou conhecimento de que forma o Partido Progressista utilizou o dinheiro, esses 700 mil reais que foram repassados? Aliás, segundo o Sr. Marcos Valério, foram 3.100 reais. Na versão ofertada pelo Partido Progressista e, particularmente, pelo Representado, Pedro Corrêa, foram 700 mil reais. O senhor sabe qual a destinação dada a esse dinheiro?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não, não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Na defesa do Deputado Pedro Corrêa, ele declarou que o Partido Progressista utilizou o dinheiro para ajudar o Deputado Ronivon Santiago a arcar com custos de honorários advocatícios, custos esses advindos, em grande parte, de ações ou representações feitas pelo PT do Acre contra o PP. O senhor tem conhecimento disso?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não. Sobre dinheiro, nunca conversei absolutamente com ninguém. Também toda a minha relação financeira com o PT era óbvia, estatutária, de repasses obrigatórios que nós temos que fazer. Absolutamente mais nada.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Senador, na verdade, a vinda de V.Exa. aqui hoje se deve ao fato de que, salvo engano de minha parte, o Deputado Pedro Corrêa disse a todos nós neste Conselho que participou de uma reunião, na qual V.Exa. estava presente, juntamente com o Deputado Nilson Mourão e não me



lembro mais quem, na qual ficou acertado que não teria sentido o Partido Progressista arcar com os ônus dos honorários advocatícios do Deputado Ronivon, quando ele era da base do Governo, e o próprio partido ter que pagar isso quando as ações foram intentadas pelo Partido dos Trabalhadores. E V.Exa. teria buscado acertar essa questão toda no sentido de viabilizar esses recursos para o pagamento do advogado do Deputado Ronivon, uma vez que o PT acionou ou representou em várias oportunidades contra o PP do Acre. Em âmbito nacional, o PP era da base do Governo. Então, segundo Pedro Corrêa, ele procurou V.Exa. e disse: *“Olha, não tem sentido, nós somos da base do Governo, estamos pagando honorários advocatícios, tendo em vista as representações do PT. Então, o PT precisa nos ajudar”*. V.Exa. teria ficado de buscar uma alternativa para isso, e essa alternativa acabou culminando com o repasse de 700 mil reais do PP, para o Partido Progressista, especificamente através do Sr. Genu, para o Sr. Pedro Corrêa.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Eu, em nenhum momento, tratei sobre nenhum dinheiro. Volto a dizer que toda a minha relação financeira com o PT é estatutária: nós somos obrigados a dar a arrecadação que o Estado faz e remeter 30% para o cofre nacional. Limitava-me a isso, e até mais porque tínhamos uma dívida com o PT nacional, que era sempre a minha conversa com o Delúbio, porque ele me cobrava. Portanto, a minha conversa com o Deputado Pedro Corrêa e o Deputado Pedro Henry se limitou... eles imaginavam — isso aí eu não posso tirar o direito deles de imaginar — que nós, do PT lá do Acre, ficávamos procurando confusão para a vida parlamentar do Deputado Ronivon. Nunca fizemos isso. Aliás, fui checar isso hoje, saber se algum petista, em nome próprio, teria feito qualquer representação contra o Deputado Ronivon. Não tem nenhuma representação contra S.Exa. Nós não somos responsáveis pelos processos contra o Deputado Ronivon Santiago. Fomos lá porque, na cabeça deles, imaginavam que éramos responsáveis e que, portanto, não mais procurássemos briga com o Deputado, pois, já que eles haviam eleito 2, no Acre, e 1 já havia perdido o mandato, se continuasse a briga com o PT, o partido acabaria criando condições para que ele perdesse o mandato e, portanto, ficariam sem nenhum Deputado no Estado. Não se falou sobre dinheiro. A única coisa que dissemos foi que nunca criamos caso com ele e não criaríamos porque, com o Deputado Ronivon, não houve nenhum problema; nosso problema



era com Narciso Mendes, e não enquanto Deputado, mas como empresário de comunicação, que colocava sua televisão para ficar atacando a gente, e a gente procurava se defender, com direito de resposta. Se a gente olhar todos os processos do PT contra Narciso Mendes, todos são relativos a direitos de resposta dentro da televisão e do jornal dele.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Não só acredito em V.Exa., evidentemente, como também acho isso mais lógico, porque nunca vi muito sentido em o PT acionar Deputados do Partido Progressista e, depois, por meio de V.Exa., o PT nacional dar recursos para que o Partido Progressista fizesse a defesa da acusação feita pelo PT do Acre. Até seria muito mais lógico que o PT do Acre desistisse das ações ou das representações, mas não que o PT nacional desse dinheiro para defender aqueles que o PT entendia, no Acre, que não tinha uma posição adequada.

Então, concordo com a resposta de V.Exa., aquiesço ao seu raciocínio, porque é o que efetivamente tem lógica.

Sr. Presidente, dou-me por satisfeito.

Muito obrigado, Senador Sibá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Concedo a palavra à Deputada Angela Guadagnin.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Senador, muito obrigada pela sua presença. Para mim, é um prazer especial, pois lhe tenho muito apreço. Pode me chamar de Angela, somente.

Senador, V.Exa. disse que o interesse do PT do Acre com o PP ou com aquelas pessoas continuava o mesmo. Foi a expressão que S.Exa. usou: *continua da mesma forma*. O que V.Exa. quer dizer com *continua da mesma forma*?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Nós tentamos ampliar nossa aliança política no Estado, porque nós, do PT do Acre, inversamente ao PT nacional, sempre procuramos ter uma aliança sempre maior do que a que a direção nacional trabalhava. Tanto é que trouxemos o PSDB em 1998 — o único caso no Brasil, difícil de passar aquela idéia. Então, para 2004, como vários partidos estavam no apoio ao Governo Federal, imaginávamos melhorar esse relacionamento. A guerra com o PMDB no Acre continua. Tentamos acabar com isso, não houve jeito; tentamos uma



aliança com o PTB, não deu certo; tentamos também uma aliança com o PP. Então, de minha parte, naquela reunião, eu estava querendo dizer que, se é para termos um comportamento civilizado, por que não também uma aliança política? Mesmo assim não deu certo a aliança. Continuou cada um no seu lugar. E, quanto à relação, volto a dizer, nunca o PT teve problema com o Deputado Ronivon Santiago. Portanto, não há alteração nenhuma. E a guerra com Narciso Mendes continua normalmente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - O normalmente que o senhor quer dizer é daquela forma, quer dizer, pedindo direito de resposta a todas as agressões pela imprensa?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - É, exatamente. Ele, enquanto Deputado, nós não tivemos nenhum problema com Narciso Mendes. O problema que tem lá é que ele é proprietário de um jornal, jornal *O Rio Branco*, e de uma TV, a *TV Rio Branco*. E esses instrumentos de comunicação não têm, digamos assim, dado caldo de galinha para nós, nesses anos todos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Quando ocorreu essa reunião à qual V.Exa. acabou de se referir?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Dia e mês tenho dificuldade de me lembrar, mas o ano foi 2004.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Foi antes da campanha eleitoral?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Digamos assim, nas aproximações das alianças, aquelas coisas, exatamente.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Além de V.Exa., como Presidente Estadual, quem mais estava participando dessa reunião?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não, essas negociações se deram entre mim, o Deputado Nilson, uma pessoa com quem tenho, digamos assim, uma convivência mais longa dentro do PT do Acre, e, nesse tipo de conversa, geralmente tenho convidado S.Exa., que me acompanhou nessa conversa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Além de vocês 2, do PT, quem mais estava?



O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Do PT, só nós 2. Estavam lá o Pedro Henry, que é o Líder do PP, Pedro Corrêa, Presidente do PP, e o Deputado Ronivon, que até imagino por que estava na reunião, porque, na iminência de perder o mandato, ouvindo ali se a negociação poderia, no entendimento dele, resolver o problema da cassação do mandato.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Mas, em nenhum momento, então, V.Exa. afirma para nós que houve essa declaração que o Deputado Pedro Corrêa expressou, dessa negociação, de que o PT do Acre estaria arranjando dinheiro para bancar o Ronivon?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não, absolutamente. Absolutamente. Nunca se tocou nesse assunto. Ele jamais tocou nesse assunto. E eu jamais tocaria, porque o único dinheiro que eu administro é o do PT do Acre. E, olha, para a gente pagar as despesas do final do mês é uma dificuldade.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Está bom. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputado Nelson Trad.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sr. Presidente, ilustres colegas Conselheiros, Sr. Senador, de certa forma, a gente às vezes é obrigado a confessar pecados. Vou confessar um: tenho inveja do mandato de V.Exa. (*Risos.*) Quero até lhe afirmar que alguém, há poucos dias, no corredor da Câmara, chamou-me de Senador. E eu o corriji desta forma: *Não sou, mas, por favor, espalhe.* (*Risos.*) Está feito o exórdio.

Eu tenho, de certa forma, uma admiração muito grande pelos militantes partidários que, fazendo carreira política, chegam ao topo onde V.Exa. se encontra. E me determino a saber que o povo da sua terra escolheu certo o Senador da República. E a mim me parece que V.Exa. conhece, embora novo no Senado Federal, o mundo político em que vivemos. Sabe todas as travessas, todas as avenidas, todas as vias e todos os obstáculos que neste espaço se encontram. Sei que V.Exa. é capaz, hoje, pela vivência, primeiro, na área sindical, depois, nesse contexto da decisão que determinou o eleitorado do Acre a fazê-lo Senador da República.

Eu diria que nós aqui, como vocês lá, no Senado Federal, nas CPIMs, estamos, na realidade, interessados na apuração desta miséria que estamos



constatando hoje no País. Há uma linha, um segmento do PT, como existe no PSDB, como existe no PFL e em meu partido, o PMDB, que não é tecido por fios de seda. Há certa fragilidade na composição desse lençol partidário que permite dizer: temos de andar com cuidado para não haver um contágio direto.

Estamos com uma imensa dificuldade aqui, porque há grande interesse de acordo nesta Casa, para livrar e absolver ou inocentar determinados concidadãos que tiveram um momento de fragilidade moral, pecando contra as instituições. Parece-me até que o Conselho, para alguns — este que está recebendo hoje V.Exa., com muito orgulho e prazer —, é constituído de pessoas ferozes, determinadas a ceifar a vida política daqueles que conosco convivem.

Acho que V.Exa., lá também, membro integrante das CPMLs, tem percebido isso, porque, na realidade, dentro de uma família, muitas vezes, temos a infelicidade de ter ao nosso lado um irmão desviado do bom caminho. Isso não acontece de forma fenomenal ou de forma rara. A Bíblia mesma já mostra a condição ruim de alguns, que a verdade inexoravelmente estigmatizou como elementos não possibilitados de conosco conviver.

O Conselho tem procurado elementos concretos. Talvez eu faça algumas perguntas a V.Exa. que podem ser assim até abusivas, para efeito de resposta e de juízo de valor. Eu diria, por exemplo, V.Exa. anote: V.Exa. já ouviu falar do Deputado Janene?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Ouvi falar.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Exa. já ouviu falar alguma vez no Deputado Pedro Corrêa? V.Exa. já ouviu alguma vez falar em Roberto Jefferson, em Valdemar Costa Neto? Um escrete, na realidade, de grande potencial, naquela imaginativa figura futebolística do quadrado que querem fazer, através da habilidade do Ronaldinho, do Adriano, do Ronaldo Fenômeno e do Cacá. Aqui há um quadrado, na Câmara, diversos quadrados, na Câmara, que, na realidade, têm feito gol contra no nosso time, o time de V.Exa., o time daqueles que são considerados pessoas decentes, políticos honestos. V.Exa. tem algum conceito formado dessa plêiade, desse quarteto, porque são 4 que nomeiei a V.Exa.?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Deputado Nelson, aí, seria um juízo de valor de minha parte, eu não posso fazê-lo. Dessas pessoas, antes de estar aqui no



Congresso Nacional, ouvi falar pela imprensa, como pessoas que trabalhavam na política brasileira, no cenário nacional. Ao chegar aqui, tomei conhecimento delas como Lideranças partidárias. E, como tal, foi assim que as conheci pessoalmente. Quanto ao juízo de valor e raciocínio, isso não posso fazer, e vou ficar em dívida com V.Exa. sobre isso.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Agradeço a V.Exa.

Segunda: como membro da CPMI, o senhor chegou a ouvir o Valdemar Costa Neto, presenciou o testemunho dele, a declaração dele, lá?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Por 2 vezes.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Impressionou a V.Exa.? V.Exa. é nosso colega de juízo, vai nos ajudar, evidentemente, porque temos a participação de V.Exa., que está aqui, gravada, e corajosamente colocada na posição de membro desse time a que faço referência aqui, através do Deputado Ricardo Izar, através da Angela, através do Carlos Sampaio. Não eu, porque fico geralmente no banco, mas com uma vontade desesperada de jogar num escrete desses, porque acho que teríamos que fazer uma barreira para não sofrermos mais gols, já que a desmoralização do Congresso Nacional é hoje um fato invencível, ainda mais com esta convocação extraordinária, que há de nos dar certa tranqüilidade nas compras de Natal.

Então, eu diria: V.Exa. participou desse processo, lá. Ficou impressionado com o depoimento do Valdemar Costa Neto ou com a presença da mulher dele? O que impressionou mais V.Exa.?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não participei de nenhum depoimento da esposa dele, só de 2 depoimentos dele. Acho que ele fez a defesa que achava mais salutar para si próprio.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Ele depôs lá a respeito do quê?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Foram muitas perguntas. Eu não consigo me lembrar. Foras muitas, 2 sabatinas longas.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - V.Exa. também tem condições para se eleger por Minas Gerais (*risos.*): nem a favor, nem contra, muito pelo contrário. A carreira será longa, para goáudio e satisfação nossa. Afinal de contas, quantos...



Mas, então, não houve oportunidade de dissecá-lo para ver a anatomia moral dele. Não deu naquele momento ali. Ele foi falar sobre a Primeira Comunhão dele e sobre o dinheiro que ele apanhou de Delúbio Soares. O senhor ouviu?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Respondeu sobre isso.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Sobre isso. Deve ter espantado V.Exa., como homem direito.

Esta mulher, nossa companheira, exemplar Deputada, deve, como já falou aqui, ter-se indignado com a participação desse dinheiro na mão de Delúbio. Já ouvi dela. V.Exa. também deve ter a mesma anatomia moral dessa senhora, dessa Conselheira. O senhor ficou espantado?

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Sim, acho que ninguém não ficaria com o que aconteceu.

O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Pois é. Então, vou agradecer. Acho que algumas respostas de V.Exa., ainda que, na aparência, dúbias, elas são afirmativas. O seu olhar na realidade impressiona muito a nós outros que estamos aqui. A sua fama é merecida. Acho que vamos, de certa forma, ajudar a Câmara e o Senado a se recompor em frente a vergonha do povo brasileiro.

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Dou a palavra novamente ao Relator, nobre Deputado Carlos Sampaio.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, eu não teria nenhuma outra inquirição a fazer, a não ser agradecer imensamente pela contribuição do Senador Sibá Machado.

Peço vênias ao nobre Conselheiro Nelson Trad, sei que não tinha intenção, mas que seja subtraído das notas taquigráficas o termo “quadrilha”, mantendo-se o termo “quarteto”.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Será atendido o requerimento de V.Exa.

Dou a palavra ao Dr. Floriano...

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Antes, gostaria de fazer uma perguntinha.



O SR. DEPUTADO NELSON TRAD - Eu me conformo com o requerimento do nobre Deputado, mas sob o protesto de grandes dicionaristas, sob o protesto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada Angela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Eu só pergunto ao Senador se S.Exa. participou de outras reuniões com o Deputado Pedro Henry e Pedro Corrêa, além daquela que era na tentativa de fazer uma aliança eleitoral para o ano de dois mil e...

O SR. SENADOR SIBÁ MACHADO - Não, nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Darei agora, para o encerramento, a palavra ao Dr. Floriano Dutra Neto. Com a palavra o doutor.

O SR. FLORIANO DUTRA NETO - Sr. Presidente, Deputado Carlos Sampaio, Senador Sibá Machado, demais Deputados, represento aqui a defesa do Deputado Pedro Corrêa. Apenas a título de esclarecimento, quero perguntar ao Senador Sibá Machado a respeito da reunião, que, num primeiro momento, salvo engano, o Senador mencionou que não havia ocorrido nenhuma reunião. Isso quando falava ao Relator, Deputado Carlos Sampaio. Num segundo momento, na pergunta da Deputada Angela, respondeu que houve uma reunião. Então, eu queria, somente a título de esclarecimento, que o Senador Sibá colocasse novamente sua posição, porque ficou uma pequena dúvida para a defesa nesse sentido.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Se o nobre defensor me permitir, eu entendi perfeitamente a colocação do Senador Sibá Machado. Não houve a reunião para o fim que eu perguntei, mas houve a reunião na qual ele foi esclarecer que não havia nada de pessoal da bancada do PT contra o Deputado Ronivon. Não sei se estou correto.

O SR. FLORIANO DUTRA NETO - Não tenho nada mais a perguntar. Dou-me por satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Antes de encerrarmos, quero agradecer a presença ao Senador Sibá Machado e aos Srs. Deputados.

Lembro a todos que eu gostaria que os Relatores das matérias entregassem o posicionamento de cada processo até terça-feira próxima. Estarei aqui na terça-feira e vou fazer um cronograma de trabalho para a convocação extraordinária, que deve se iniciar no dia 16.



Então, na terça-feira próxima, já vou ter o organograma sabendo de cada processo, o que falta, se é uma testemunha, se é um documento, e sobre aqueles que já têm condições de encerrar a instrução e, posteriormente, a leitura do relatório.

Tenho a impressão, dentro do quadro de hoje, que vamos ter condições de, no recesso, lermos e votarmos, pelo menos, de 6 a 8 relatórios. Mas, de qualquer maneira, estou aguardando. Ainda faltam 5 ou 6 Parlamentares para me entregarem esse relatório para saber o posicionamento de cada processo que V.Exas. estão relatando.

O SR. DEPUTADO CARLOS SAMPAIO - Sr. Presidente, só quero dizer que louvo a iniciativa de V.Exa. Acho que semana que vem ainda deverá estar em votação, não sei, a questão do Orçamento. Mas, de qualquer forma, mesmo que não esteja, também estarei aqui — e quem puder estar — para, nessa reunião administrativa informal, poder fornecer a V.Exa. informações sobre em que pé está cada um dos casos, para que possamos iniciar a convocação extraordinária já realmente dando respostas à sociedade. Cumprimento V.Exa.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pois não, Deputada Angela.

A SRA. DEPUTADA ANGELA GUADAGNIN - Vou-me abster de cumprir sua solicitação por motivos óbvios, porque todo o Conselho sabe que meu Representado, se assim puder dizer, nem intimado ainda foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Deputada, temos uma informação a V.Exa. Em conversa com alguns Deputados, ficou acertado que o advogado do Deputado José Janene estaria aqui, hoje, no Conselho de Ética com uma procuração recebendo a notificação. Vamos aguardá-lo agora à tarde. Espero que venha para receber essa notificação.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - O prazo só deve começar a partir da convocação extraordinária.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Pela ordem, Deputado Edmar Moreira.



O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Sr. Presidente, o senhor estava ausente hoje quando abordamos este assunto da Relatoria. Antes de repetir o que eu disse na ausência de V.Exa., quero dizer novamente da honra e do orgulho que tenho de pertencer a este Conselho, que tem mostrado um serviço competente e sério, acima de tudo, sob a batuta de V.Exa.

Mas eu quero, Sr. Presidente, com todo o respeito, sem me insurgir contra a determinação de V.Exa., em havendo a convocação extraordinária, eu não farei meu relatório na convocação extraordinária. E justifico para V.Exa., com todo o respeito. Tive tempo mais do que suficiente para fazê-lo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Um momento só, Deputado.

O SR. DEPUTADO EDMAR MOREIRA - Então, Sr. Presidente, eu gostaria de contar com a compreensão de V.Exa., sem absolutamente me insurgir contra sua determinação, porque acima de tudo sou disciplinado. Mas seria incoerência de minha parte, quando eu tinha um cronograma aprovado por este Plenário, sem entrar no mérito, com certeza, se não todos, a maioria dos Representados tinha a intenção de protelar esse processo o máximo possível, através de efeitos e até do próprio Regimento. Com certeza, não me cabe fazer nenhuma crítica acerca desses recursos. Mas, relativamente à minha Relatoria, se não pude fazer no tempo regimental dessa primeira convocação, vou aguardar pacientemente 15 de fevereiro. Submeto respeitosamente à consideração de V.Exa. e deste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Ricardo Izar) - Inclusive, nobre Deputado, o Deputado José Mentor ainda não foi ouvido. Então, seria interessante termos a oitiva dele nesse período de convocação e, posteriormente, V.Exa. prepararia seu relatório normalmente.

Srs. Deputados, devo encerrar esta reunião. Quero agradecer a presença de todos, a presença nas 76 reuniões que fizemos. Fizemos um trabalho bonito, graças a toda a equipe presente, aos funcionários. Vamos continuar nosso trabalho dia 16 de janeiro. Terça-feira estaremos aqui para apresentar o organograma de trabalho para a convocação extraordinária.

Está encerrada a reunião.